

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA – BACHARELADO

João Samuel Passos Barbosa

**A homossexualidade na mídia alternativa durante a ditadura civil-militar
no Brasil: o caso do jornal O PASQUIM (1969-1975)**

Porto Alegre

2018

João Samuel Passos Barbosa

A Homossexualidade na mídia alternativa durante a ditadura civil-militar no Brasil: o caso do jornal O PASQUIM (1969-1975)

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de História – Bacharelado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em História

Orientador: Professor. Dr. Adolar Koch

Porto Alegre

2018

DEDICATÓRIA

Para Diego Peres Schulze e Tereza Peres, amigos preciosos que são para mim a minha segunda família, em meus momentos de trevas, vocês foram a luz no meu caminho e expressar em poucas linhas o quanto eu amo vocês nunca será suficiente, muito obrigado por toda força, amizade, solidariedade e companheirismo ao longo de todos esses anos e vocês me mostraram que família vai além dos laços de sangue.

Para Alexandre Nunes, um grande amigo que sempre esteve comigo.

Para Elizabeth Passos, minha irmã querida e amiga, você é a melhor irmã que uma pessoa pode ter, sempre muito amável e cortês, esteve ao meu lado muitas vezes e agradeço imensamente por me amar por quem eu sou independentemente das minhas escolhas.

Para minha mãe, dona Francisca de Almeida Passos, que acreditou nos meus sonhos e nunca perdeu as esperanças em mim

E finalmente dedico este trabalho a Luiz Carlos Maciel (*in memoriam*) esse sábio guru contracultural que rompeu o conservadorismo do sistema e inovou com a sua bem-humorada coluna Underground no Pasquim. Sua contribuição Maciel através dos seus ensaios e livros para a construção de uma sociedade mais aberta, justa e plural, jamais será esquecida.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, quero agradecer o meu orientador, professor Adolar Koch, por ter aceitado a minha orientação e pela paciência, gentileza e espírito solícito que teve comigo e por ter me encorajado a levar à diante o meu tema de pesquisa.

Aos professores Charles Sidarta Machado Domingos (IFSUL Charqueadas) e René Geertz (PUCRS) pela participação na banca, meus sinceros agradecimentos pela contribuição ao trabalho com as críticas muito perspicazes e sugestões que foram muito bem-vindas.

Quero agradecer ao corpo de funcionários do IFCH, ao Núcleo de Pesquisa em História, especialmente devo consignar minha gratidão a Francisco Carvalho, responsável técnico pelo NPG que sempre mostrou muita cordialidade e boa vontade comigo.

Aos professores do departamento de História da UFRGS, em especial os professores Carla Brandalise pela ajuda em vários momentos e por ter me apontado a direção correta na execução do trabalho e a Mathias Seibel Luce, pelas sugestões preciosas.

Às colegas da biblioteca da FACED, eu fico imensamente grato pelas orientações quanto a questões de formatação, em especial devo agradecer as bibliotecárias Andréa Regina Santos de Freitas, Ana Grabiela Clipps Ferreira, Karen Ribeiro de Freitas Irizaga e Sibila Binotto. E ao colega da Biblioteca Central e historiador, César Rolim, minha gratidão.

À Alan Camargo, Alex Moretti, Ana Paula Gil Costa, Beloni Andrade, Angela Fernandes, Angela Filgueiras Livi, Ben-Hur Dias, Bruno César, Christian Levy Abreu, Claudemir Caldeira, Claudia Carvalho, Clê das cópias, Cristiane Guedes, Denise Lague, Horacio Icochea Villacorta, Marcelo Cunha, Marcelo Afonso, Ricardo Lima Souza, Silvia Bernardes, Sônia Terezinha da Silva, dona Verinha do bar do Antônio e Zanon Horus, meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

Finalmente, não poderia deixar de expressar minha gratidão com pessoas maravilhosas que conheci na minha trajetória dentro da Universidade, pessoas bastante diferentes de mim com as quais troquei muitas experiências e com quem construí uma bela amizade e elas tem me acompanhado desde então e sempre estiveram ao meu lado não apenas nos bons momentos, mas nos maus também e fizeram-me o ver o quanto é importante os amigos na vida de uma pessoa. Assim, agradeço imensamente a Adriano Zerbielli, Bárbara Salgueiro, Cátia Roberta dos Santos Cláudia Parzianello, Cláudia Teixeira, Joana Potira, Joselma Serpa Helena, Leandro Izquierdo, Leonardo Lima, Maria Aparecida Pires, Magnum Oliveira Romão, Oséias Ravanei, Patrick Teixeira Machado e Sérgio Henrique Raya. A vocês por toda força, carinho e amizade, meu muito obrigado, vocês são especiais.

Epígrafe

Tempo Perdido

Todos os dias quando acordo
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo

Todos os dias antes de dormir
Lembro e esqueço como foi o dia
Sempre em frente
Não temos tempo a perder

Nosso suor sagrado
É bem mais belo que esse sangue amargo
E tão sério
E selvagem
Selvagem
Selvagem

Veja o sol dessa manhã tão cinza
A tempestade que chega é da cor dos teus
Olhos castanhos
Então me abraça forte
Me diz mais uma vez
Que já estamos distantes de tudo
Temos nosso próprio tempo

Não tenho medo do escuro
Mas deixe as luzes acesas agora
O que foi escondido é o que se escondeu
E o que foi prometido, ninguém prometeu

Nem foi tempo perdido
Somos tão jovens
Tão jovens
Tão jovens (Legião Urbana, 1986)

RESUMO

O presente trabalho busca compreender de que formas a homossexualidade era percebida pela imprensa alternativa durante a ditadura civil-militar brasileira e como se dava essa articulação da homossexualidade com a política do regime ditatorial e a imprensa dentro de um contexto de policiamento do comportamento por parte de um estado pautado pelo terrorismo como ferramenta de controle social e censura mas também de grande explosão cultural nas mais diversas manifestações artísticas que deram origem à Contracultura no interior dos Estados Unidos e se irradiaram para o Brasil. Assim, buscaremos compreender o papel da imprensa alternativa em relação à homossexualidade a partir da análise de alguns números do Pasquim entre o momento de seu nascimento que também coincide com o estabelecimento do AI-5 e o término do governo Médici, período marcado pela intensificação das torturas e perseguições aos militantes de esquerda.

Palavras-chave: Censura. Contracultura. Ditadura. Imprensa alternativa. Homossexualidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 A escolha do jornal como fonte para a realização da pesquisa	10
1.2 A homossexualidade como objeto de estudo a partir de jornais durante a ditadura civil-militar brasileira.....	12
2 Características da imprensa alternativa durante a ditadura civil-militar dentro do contexto da Doutrina de Segurança Nacional	15
3 A censura durante a ditadura civil-militar brasileira	20
4 A imprensa alternativa, O Pasquim e a censura	28
5 A Contracultura, a homossexualidade e O Pasquim	33
6 CONCLUSÃO	45
7 FONTE PRIMÁRIA.....	47
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre temas sensíveis como a homossexualidade ainda mais dentro do contexto da ditadura civil-militar nunca é fácil porque mexe com os brios de muitas personagens envolvidas, feridas de cicatrizes que nunca foram curadas totalmente são abertas e duras verdades vêm à tona e com frequência vítimas se vêm obrigadas a rememorar acontecimentos dolorosos que deixaram marcas profundas que nunca se cicatrizaram plenamente.

Há na atualidade centenas de ótimos trabalhos na forma de livros, teses, dissertações e artigos que se debruçam sobre a ditadura civil-militar e cada um desses trabalhos de importância capital se esmera na qualidade de pautar sobre diferentes perspectivas sobre o período ditatorial e também por abordarem questões específicas como as relações do regime de exceção com a Igreja, as universidades, a imprensa, os partidos políticos, os artistas e a intelectualidade. Muitos são os recortes temáticos realizados e frequentemente são apresentadas novas abordagens teórico-metodológicas assim como novos olhares são lançados sobre tópicos que são amplamente revisitados pela historiografia.

Por outro lado, ainda que tenhamos ótimos trabalhos que se debrucem a abordar a homossexualidade em diferentes áreas e recortes, são poucas as abordagens sobre a questão homossexual durante a ditadura civil-militar. Compreensivelmente, uma vez que a própria discussão acerca da ditadura civil-militar, sua influência na sociedade, as suas relações com diferentes órgãos ou grupos e seus desdobramentos tem sido um trabalho de maior fôlego que tem ocupado cada vez mais o olhar da pesquisa acadêmica nos últimos anos, em particular a partir dos cinquenta anos do golpe de 1964 quando foram lançados uma grande quantidade de obras historiográficas que passaram a olhar a ditadura civil-militar a partir de novos ângulos e perspectivas.

As pesquisas que envolvem a homossexualidade como objeto de pesquisa durante o regime discricionário são tímidas, no que pesem as iniciativas bastante interessantes que apontam para a necessidade de explorar o tema na academia.

Assim, a escolha do tema do presente TCC surgiu primeiramente de um desejo pessoal de buscar compreender de que forma determinados grupos dentro da sociedade brasileira percebia a homossexualidade dentro de um contexto traduzido em uma conjuntura política na qual o país estava dominado por forças de direita que auxiliaram os militares na tomada do poder materializado no golpe de 1964 e ato contínuo na ditadura civil-militar. Quando optei por abordar esse assunto vi uma chance de preencher uma lacuna presente nas pesquisas acadêmicas em história do Brasil Contemporâneo com enfoque na análise do regime ditatorial e assim

lançar luzes a um assunto muito pouco trabalhado academicamente e que se articule com a ditadura civil-militar brasileira, que é homossexualidade em termos mais gerais e, mais especificamente, articular homossexualidade durante a ditadura pela perspectiva da imprensa alternativa e perceber os sinais de conflitos entre um discurso vanguardista, de ímpeto revolucionário que confrontava um Estado de terror e, ao mesmo tempo que denunciava as caretes da sociedade o próprio jornal reproduzia aquelas mesmas caretes com determinados grupos sociais (mulheres, negros, homossexuais).

Os objetivos serão o de entender como se operava no interior de um jornal alternativo de grande circulação, como O PASQUIM, o tema da homossexualidade. Quais as posturas adotadas pelo semanário carioca em relação a ela dentro do contexto da ditadura civil-militar e da Contracultura que explodia nos Estados Unidos e Europa Ocidental e provocava reflexos importantes na cultura brasileira e também provocar uma reflexão sobre o tema no interior da academia e contribuir, portanto, para novas pesquisas voltadas ao estudo da homossexualidade a partir de novas perspectivas adotadas para a análise de sujeitos, grupos, movimentos sociais ou estruturas de poder relacionadas ao período ditatorial. Deste modo, precisamos investigar pela leitura das páginas do jornal as idiosincrasias do universo pasquiniano em relação à homossexualidade. José Luiz Braga realça as posturas do Pasquim em relação às mulheres e aponta o machismo peculiar do jornal não sem antes de apresentar o conceito por trás do machismo (1991), portanto segundo Braga:

Uma acusação frequente que se fez do Pasquim é que, embora crítico e avançado politicamente, o jornal era machista. Não se pode dizer que essa impressão fosse inexata. Sem a preocupação de confirmar ou infirmar o rótulo, o problema mais interessante para o crítico é o de configurar o que foi o machismo pasquiniano.

O conceito mesmo de machismo é complexo: defesa da supremacia masculina, como se fosse natural; defesa dos privilégios masculinos adquiridos historicamente, e dos quais não se quer abrir mão; negação simplista de que as mulheres sejam desprivilegiadas; uma ou outra dessas alternativas percebidas preferentemente nas relações interpessoais homem/mulher; ou ao contrário, consideradas em termos de estrutura social. Como quer que seja, a expressão 'machismo' é o correlato negativo da expressão 'feminismo', esta carregada de valor positivo. Mas se conceitualmente o machismo é a negação do feminismo, na prática é o real – posição 'natural' (na verdade construída culturalmente) dentro da qual basta a inércia, sem teorias, para existir. Enquanto o feminismo só existe enquanto esforço, análise, reivindicação, contestação. (BRAGA, Jose Luiz, **O Pasquim e os anos 70**, 1991, p. 193-194)

Segundo a doutora em História Social Rita de Cássia Colaço Rodrigues em seu artigo *O movimento homossexual e sua luta simbólica no Brasil: uma visão panorâmica*,

homossexuais ousaram sair das sombras para conquistar o seu espaço na sociedade buscando atuar de forma proativa, denunciando todas as formas de arbitrariedade e lutando contra a invisibilização¹ de seu grupo na sociedade. Conforme a historiadora,

As batalhas de Greenwich Village na segunda metade do século XX, espelham esse conflito, ao produzirem a irrupção na cena política de outros agentes históricos até então tida como impensável. Depois dos estudantes de Paris, dos negros e das feministas estadunidenses, era a vez de drag queens, locas, lésbicas e gays assumarem à cena pública na qualidade de sujeitos: — Também elas ousam falar em nome próprio e denunciar a violência² de estado a que são submetidas. Não se conformam mais à *invisibilidade* da abjeção a que foram tradicionalmente relegados.

O impensável desse acontecimento, ao tempo em que produz escândalo da ousadia massiva de romper com a assimilação ao processo de *estigmatização*³ que lhes fora desferido historicamente, instaura um desafio: frustrar a expectativa de que se encerre em si mesmo, tudo *voltando ao normal*, por um lado e, por outro, finalmente avançar rumo à construção da própria cidadania. É preciso fazer com que essa fase meramente afirmativa seja capaz de engendrar o novo tempo. Constituída pela audácia do confronto não planejado e pela manutenção e ampliação da resistência, verificada entre fins de junho e início de julho de 1969 — o primeiro ato de autonomia que nos fala Certeau — há que se construir o seu prolongamento no tempo; vencer o esperado arrefecimento das energias geradoras. (RODRIGUES, 2012, p. 18, grifos meus)

A escolha de um determinado tema de pesquisa circunscrito no interior de um período histórico bem delimitado obedece a critérios objetivos e subjetivos. A objetividade do pesquisador com o tema escolhido responde à busca pela verdade sobre o tema e com frequência essa busca é mediada por muitas vozes que se colocam entre o pesquisador e a sua fonte. Mas essa verdade nunca é absoluta, ela sempre estará aberta para confrontar com outras

¹ Segundo Fernando Braga da Costa a “invisibilidade pública, desaparecimento de um homem no meio dos outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas relações capitalistas: humilhação social e reificação”. (COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas**. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi: 10.11606/T.47.2008.tde-09012009-154159. Acesso em: 2018-01-23.

² Segundo Bourdieu, “a forma de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, marcados por um estigma que, à diferença da cor da pele ou da feminilidade, pode ser ocultado (ou exibido), impõe-se através de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas.” **BOURDIEU, Pierre, A Dominação Masculina, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005**

³ Estigma, para Ainlay, Coleman & Becker (1986), é uma construção social, onde os atributos particulares que desqualificam as pessoas variam de acordo com os períodos históricos e a cultura, não lhes propiciando uma aceitação plena social. Deste modo, as pessoas são estigmatizadas somente num contexto, o qual envolve a cultura; os acontecimentos históricos, políticos e econômicos e uma dada situação social, ou seja, a estigmatização não é uma propriedade individual. Em comparação, para Goffman (1975), os normais e os estigmatizados não são pessoas em si, mas perspectivas constituídas pelo meio social, o qual categoriza e coloca atributos considerados naturais e comuns para os membros de cada categoria. (SIQUEIRA, Ranyella; CARDOSO, Hélio, **O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana**, p. 92-113 em <file:///C:/Users/Referencia/Downloads/Dialnet-OConceitoDeEstigmaComoProcessoSocial-4781280.pdf> acesso em 23/01/2018

verdades que a complementarão ou a refutarão. Para atingir a objetividade durante a pesquisa o pesquisador deverá empreender uma busca criteriosa de fontes e submetê-las ao teste de fogo das perguntas. A validade de uma fonte histórica para determinado assunto estará estreitamente ligada ao tipo de questionamentos que são feitos a ela.

Do contrário, embora a fonte em si possua o seu valor histórico pouco ou nada revelará de importante para responder adequadamente as dúvidas do pesquisador e dar uma resposta crível à solução do problema caso sejam mal formulados. Dito isto, falemos da subjetividade e aqui o pesquisador ao debruçar sobre qualquer tema, por maior que seja a sua objetividade na construção da narrativa dos eventos, não se pode dizer que seja imparcial porque muito da pesquisa carrega do olhar pessoal e, portanto, do juízo de valor do pesquisador e seu corpo de crenças e visão de mundo.

Sobre subjetividade podemos aqui empregar o conceito da professora Kathryn Woodward que ilustra da seguinte forma:

Subjetividade sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos, são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades. (SILVA, Tomaz da Silva (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn, 2000, p.55)

Portanto, não se quer dizer, longe aliás de tal afirmativa, que o pesquisador deverá ser arbitrário em sua postura diante do seu objeto de pesquisa. Embora a imparcialidade é impossível dado o olhar subjetivo lançado pelo pesquisador, não significa que a pesquisa realizada não deva obedecer a critérios como o rigor teórico-metodológico e a seleção apurada das fontes para embasar a pesquisa e dar sustentação a argumentação

1.1 A escolha do jornal como fonte para a realização da pesquisa

A escolha da fonte para a realização da pesquisa é item fundamental e abre-se um leque de infinitas possibilidades para a pesquisa que serão filtradas a partir do tipo de pesquisa

envolvido e dos referenciais teórico-metodológicos. Dentre as fontes a serem trabalhadas em uma pesquisa uma que tem ganhado cada vez mais destaque é o jornal. Olhado há algumas décadas com certa resistência por pesquisadores, vemos durante os últimos anos os jornais ganharem cada vez mais espaço nas pesquisas. Os jornais são maravilhosas ferramentas de análise porque oferece um retrato instantâneo da sociedade na época em que foi feito e permite ao pesquisador novos olhares sobre o seu tema. Sobre essa questão, a historiadora Maria Helena R. Capelato lança luz e afirma que:

O jornal é uma das principais fontes de informação histórica, merecedor, portanto, de consideração dos historiadores, afirma José Honório Rodrigues. Ao discutir, porém, o problema da credibilidade das fontes, considera o periódico como documento suspeito e adverte: “ O editorial é a parte menos digna de fé, a notícia e o anúncio devem ser usados com cautela pois contêm erros (...). ” Aconselha que se determine os interesses econômicos e políticos; que se distinga a imprensa oficial da oficiosa; que se diferencie imprensa e opinião pública. (CAPELATO, Maria Helena R. 1988, p.20)

Maria Helena Capelato destaca que a grande imprensa protagonizou papel fundamental para a ascensão da ditadura e também, quando a situação se tornou insustentável e a grande imprensa foi vítima dos desmandos do regime ditatorial, fez oposição ao regime, embora nesse aspecto tenham brilhado muito mais os tabloides da imprensa nanica ou alternativa. Assim, temos que:

Na última ditadura (1964), “ a boa imprensa – a grande” foi uma das responsáveis pelo seu surgimento e fim. Lutou pela abertura política, mas nessa batalha destacou-se a imprensa alternativa – “nanica” – que apesar de pequena demonstrou muita força. Os guardiães da ordem, nunca a consideraram “boa”, mas a toleraram, talvez como válvula de escape. (CAPELATO, Maria Helena R. 1988, p. 31)

1.2 A homossexualidade como objeto de estudo a partir de jornais durante a ditadura civil-militar brasileira

A homossexualidade é um tema que embora bastante em voga na atualidade nos meios de comunicação (todavia ainda carregado de polêmicas e, sobretudo, preconceitos) é um assunto bastante controverso e ainda considerado um tabu. A filósofa Agnes Heller (1992) afirma que o preconceito se materializa no dia a dia em comportamentos e pensamentos e que sempre atuou com papel central em diferentes áreas da vida humana. De acordo com Heller:

O preconceito é a categoria do pensamento e comportamento cotidianos. Os preconceitos sempre desempenharam uma função importante também em esferas que, por sua universalidade, encontram-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que elas comportam. Quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando pessoalmente. (HELLER,1992, p. 43)

A ausência de uma discussão mais aprofundada sobre o tema nas escolas é reveladora do nível de preconceito e conservadorismo na sociedade brasileira que, paradoxalmente à visão do Brasil que os estrangeiros possuem como uma terra onde a prática sexual e a demonstração de afetos são livres de qualquer espécie de regulação moral, tem enormes dificuldades em encarar com sobriedade o afeto demonstrado por dois homens ou duas mulheres ou um/a transexual e seu/sua parceiro (a).

A expressiva presença de políticos ligados à Igreja Católica e igrejas evangélicas no congresso nacional é revelador das dificuldades de se levar à diante propostas de políticas públicas voltadas ao grupo LGBTQI em áreas chave como saúde, educação e segurança. Um exemplo da apatia ou aversão dos congressistas brasileiros no tratamento a essa discussão é a questão do casamento homossexual que foi instituído pelo poder judiciário em 2013 a partir do entendimento dos magistrados de que o legislativo brasileiro não estava cumprindo com suas obrigações quando vários projetos de leis encaminhados sobre o tema encontravam sistematicamente barreiras no congresso para seguirem à diante nas deliberações da casa do povo.

Em relação à imprensa e a forma como ela lida com a questão homossexual, pode-se perceber que o tratamento dispensado à homossexualidade durante décadas quase sempre foi tópico abordado nas páginas policiais dos periódicos. Assim, a homossexualidade durante muito tempo foi no Brasil um caso de polícia e de saúde pública porque ela era considerada uma patologia.⁴ Segundo Daniel Borrillo:

Ao largo do século XIX a força normativa do casamento heterossexual leva ao rechaço o solteiro e o homossexual. Esta normatização não procedia, como durante os séculos anteriores, da lei divina ou do direito, mas tão somente do discurso médico. A mesma noção de homossexualidade é uma manobra de medicalização da velha ideia de sodomia. Karls Heinrich Ulrichs (1825-1895) e Károly Mária Kertbeny (1824-1882) podem considerar-se os precursores. Consideravam que a ausência do desejo em relação à pessoas do sexo oposto levava a relações necessariamente estéreis, situação julgada como forçosamente patológica, sobretudo em momentos nos quais a teoria darwiniana da evolução das espécies – amplamente divulgada nos meios científicos – conferia a reprodução sexual um papel central. (BORRILLO, 2000/2001, p.65-66, tradução e grifo nosso)

E mesmo com a despatologização da homossexualidade, quase sempre o assunto era circunscrito e debatido dentro da esfera da saúde como se a retirada da homossexualidade do rol de doenças fosse suficiente para que houvesse uma compreensão pela imprensa e pela sociedade em geral de encararem-na como mais uma vertente da sexualidade humana.

Na verdade, preconceitos não evaporam da noite para o dia ou por decreto, embora por decreto houve sim a retirada de muitos direitos da sociedade como veremos a seguir. O que importa aqui dizer é que a despatologização da homossexualidade embora muito importante para a comunidade gay, foi insuficiente porque não foi, no caso brasileiro, seguida de uma discussão ampla e profunda na sociedade através de políticas públicas que buscassem tanto a inserção dos homossexuais enquanto grupo em situação de vulnerabilidade social como um trabalho de desconstrução de antigos modelos mentais acerca da homossexualidade dentro da sociedade.

A grande imprensa contribuiu bastante para a perpetuação de preconceitos em um primeiro momento, como na década de oitenta quando jornalistas insistiam na desonrosa associação da AIDS aos homossexuais através do termo pejorativo “câncer gay”⁵ ou tentou

⁴ A Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade do Código Internacional de Doenças em 17 de maio de 1990 (data mundial de combate à homofobia) e o Conselho Federal de Psicologia do Brasil a tirou da classificação de transtornos mentais em 1985 e reforça através de portaria de 1999 o dever ético do profissional de psicologia na promoção do bem-estar dos homossexuais assim como na extinção do preconceito e da discriminação a que os homossexuais são vítimas. Cf. site do CFP <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-cfp-n-1-1999-estabelece-normas-de-atuacao-para-os-psicologos-em-relacao-a-questao-da-orientacao-sexual?q=homossexualidade>> acesso em 15/06/2018.

⁵ O filme *And The Band Played On* [E A Vida Continua, na tradução em português] (1993) faz um belíssimo retrato do início do aparecimento da AIDS em solo estadunidense e do comportamento da mídia, governo e das igrejas

desmobilizar a luta política pelos direitos civis dos homossexuais em um segundo momento marcado por uma receptividade maior da sociedade e uma discussão mais aberta da homossexualidade em meios de comunicação quase um quarto de século depois quando Brasil foi palco de um dos momentos mais sombrios de sua história: a ditadura civil-militar cuja venalidade praticada pelo Estado de Terror imprimiu marcas profundas de dor, no corpo das vítimas pelas marcas causadas pelos espancamentos infligidos pelos torturadores e na alma, pelas cicatrizes psicológicas profundas produzidas.

Durante a ditadura civil-militar, com o aparato repressivo cada vez mais forte e atuação e com a instituição do Ato Institucional nº 5 que reforçará os poderes do Executivo brasileiro com a ampliação da sua esfera de atuação policial e o aprofundamento das restrições a direitos consagrados pela Constituição, dentre eles um dos mais graves que provocara verdadeiro escândalo entre a intelectualidade, artistas e a imprensa foi a negação ao habeas corpus. A sociedade brasileira testemunhará um golpe dentro do golpe e, após 1968, o estabelecimento de um Estado de Terror extremamente poderoso. Assim, podemos perceber que logo após o AI-5 tivemos uma década profundamente marcada pelo rigor do autoritarismo e violência e que chama a atenção dos pesquisadores Júlio Assis Simões e Regina Facchini na medida em que

Cabe refletir um pouco sobre a atmosfera cultural e política do Brasil na década de 1970, que se inicia sob o signo da ditadura escancarada, imposta no final de 1968 com a promulgação do Ato Institucional nº 5. A primeira metade da década corresponde aos nossos Anos de Chumbo, o período mais violento de perseguições, torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos da repressão política. Um braço dessa repressão fazia sentir seu peso sobre costumes, nutrindo as atividades paralelas de intimidação, venda de proteção e extermínio sumário, atuantes em todas as cidades, então conhecidas como “esquadrões da morte”. Os territórios ampliados de *sociabilidade homossexual* eram alvo regular de incursões policiais e parapoliciais desse tipo, a pretexto de combate à vadiagem e ao tráfico de drogas. (SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina, 2009, p.74)

Esse Estado de Terror que produzirá milhares de vítimas e impõe a toda a sociedade um silêncio tenebroso através do medo, se articula para coibir qualquer informação que, aos olhos do governo, plantassem informações difamatórias contra o governo da ‘revolução’ e assim foi construído todo um aparato burocrático com a contratação de vários funcionários que

em relação à doença e de como um grupo de pesquisadores, médicos e voluntários formaram uma força-tarefa para investigar aquele vírus misterioso e planejar ações de contenção da doença.

foram especialmente designados para a tarefa de vigiar e punir. Portanto, o Estado brasileiro usou concomitantemente da repressão policial e militar e da ideologia para que fizessem respeitar as novas regras do jogo político impostas à sociedade pelo regime ditatorial.

2 Características da imprensa alternativa durante a ditadura civil-militar dentro do contexto da Doutrina de Segurança Nacional

É necessário que tenhamos em mente uma distinção entre o poder de coerção e repressão exercido por um Estado ditatorial e terrorista e a ideologia com a qual se pauta e pela qual vários campos da sociedade servem como aparelhos. Louis Althusser define assim o aparelho ideológico de estado:

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta à prova, retificada e remanejada. Com todas as reservas que esta exigência acarreta podemos, pelo momento, considerar como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições (a ordem de enumeração não tem significado especial):

AIE religiosos (o sistema de diferentes Igrejas)

AIE escolar (o sistema de diferentes “escolas” públicas e privadas)

AIE familiar

AIE jurídico

AIE político (o sistema político, os diferentes Partidos (

AIE sindical

AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.)

Nós afirmamos: os *AIE* não se confundem com o Aparelho (repressivo) de Estado. Em que consiste a diferença?

Num primeiro momento podermos observar que se existe um Aparelho (repressivo) do Estado, existe uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos do Estado. Supondo a sua existência, a unidade que constitui esta pluralidade de AIE não é imediatamente visível.

Num segundo momento, podemos constatar que enquanto que o Aparelho (repressivo) do Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio privado. As Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais etc, etc, são privadas. (ALTHUSSER, Louis, 1983, p. 18-19)

Com o AI5, houve o fechamento do congresso, uma radicalização das punições aplicadas e, diferentemente dos atos institucionais anteriores, o AI-5 vigorou por prazo indeterminado. De acordo com a historiadora Nadine Habert em ‘*A Década de 70 –Apogeu e*

crise da ditadura militar brasileira – o Brasil ao mesmo tempo que crescia economicamente a níveis meteóricos, revelava no entanto a face mais obscura do regime ditatorial: “o presidente Médici governava por decretos-leis, apoiando-se quase que exclusivamente no CNS (Conselho de Segurança Nacional), cercado e protegido pelas muralhas do AI-5, da Lei de Segurança Nacional, da censura e do pesado aparato repressivo” (HABERT, Op.Cit, p.25).

Um dos momentos mais trágicos testemunhados pela sociedade brasileira que causou grande comoção popular e mobilização da Igreja, imprensa e organizações civis foi o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, da TV Cultura de São Paulo. Herzog foi torturado até a morte, mas o seu assassinato foi vendido à mídia e a sociedade como suicídio. Segundo o jornalista Rivaldo Chinem:

Diretor de jornalismo da TV Cultura, Wladimir Herzog estava trabalhando em sua sala quando surgiram alguns soldados do Exército que o levaram ao DOI-CODI, as câmaras de tortura da instituição. Era outubro de 1975. Herzog morreu asfixiado em uma cela. Ninguém aceitou a versão de “suicídio”. Clarice Herzog e os filhos, menores, moveram ação contra a União. O juiz João Gomes Martins, da 7ª Vara Federal de São Paulo, foi impedido por seus superiores de Brasília de anunciar a sentença sobre a ação proposta pela viúva. No dia 10 de agosto de 1992, o ex-informante do SNI Antonio Saito, de 48 anos, se enforcou no 91º Distrito Policial de São Paulo, numa cela reservada aos que cursaram universidade, onde estava preso por estelionato. Saito deixou com o seu advogado uma carta em que acusava um delegado de polícia e um militar de terem participado da tortura de Herzog. Foram citados o delegado Waldomiro Bueno Filho, lotado na 2ª Delegacia de Fé Pública do DEIC, e o coronel Dalmo Cirilo, do Comando Militar do Sudeste (ex-II Exército). O delegado aposentado Pedro Mira Grancieri, o capitão Ramiro, confessou ter interrogado o jornalista Herzog no DOI-CODI. (CHINEM, 1995, p. 17)

Mortes e espancamentos de estudantes e atores tornaram-se a regra naquele ambiente político altamente explosivo. A caça às bruxas comunistas estava não apenas liberada, mas era, antes, quase um dever moral extirpar da sociedade o câncer maligno do comunismo mesmo que para isso vidas humanas devessem pagar um alto preço pelas suas convicções ideológicas. É importante frisar que o apoio financeiro, logístico e, claro, moral oferecidos pelo governo norte-americano foram essenciais para que o golpe militar dado contra o governo legitimamente eleito de João Goulart se consolidasse. James Green destaca em seu livro *‘Apesar de vocês – oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985* –que após um momento de recalitrância em relação ao governo Jango, o presidente Kennedy adotara a decisão que lhe parecera a mais

natural e óbvia que servia justamente de oferecer aos militares brasileiros os meios necessários para implantar uma ditadura que servisse aos interesses norte-americanos na medida em que o governo Kennedy assistia com preocupação os eventos políticos no Brasil e temia que o país torna-se um campo fértil para disseminação de ideias comunistas.

Dentro dessa conjuntura política onde a nova formatação do governo brasileiro se ordenava em compasso com a doutrina política e econômica norte-americana e na onda de prisões e cerceamentos de liberdade, a mídia sofre os impactos do novo regime, mas é enganador julgar que o impacto tenha se dado por igual em todas as empresas de mídia, por exemplo. O mais correto é que o impacto da ditadura civil-militar com os seus mecanismos institucionais para aplicar o seu terrorismo de Estado produzirá efeitos muito mais deletérios em jornais de grande circulação com posturas políticas mais à esquerda e, sobretudo, à imprensa alternativa ou nânica do que a mídia convencional ou grande mídia que na prática se beneficiou, em um primeiro momento, com as leis do regime civil-militar.

A ditadura civil-militar foi pródiga na fabricação de imagens hiperbólicas de uma nação triunfante que progredia a passos largos e deixava o atraso crônico para trás. Buscava-se no crescimento acelerado de dois dígitos anuais, o famoso “ milagre econômico”, uma resposta para todos os problemas e uma armadura para as críticas, mas a imprensa alterativa não apenas não se iludiu quanto à performance do Brasil na economia como exigiu o retorno da democracia como nos mostra o jornalista Bernardo Kucinski:

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico” de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, quando todo um discurso alternativo opunha-se por princípio ao discurso oficial. ” (KUCINSKI, 2003, p.14)

Durante o regime civil-militar os jornais alternativos ficaram sob vigilância constante dos órgãos de repressão que passaram a agir de forma mais inflexível e implacável nas redações desses jornais. Kucinski afirma que “ em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, instituída pela Guerra Fria, eram considerados pelos serviços de segurança como inimigos: “

Organizações de Frente” do comunismo internacional, que tinham por tarefas “isolar o governo” e “difundir o marxismo”. (KUCINSKI, 2003, p.14).

Sobre a Doutrina de Segurança Nacional, é interessante fazermos algumas considerações a respeito. A DSN não é um produto forjado no interior do regime ditatorial, mas vindo de fora, dos Estados Unidos, e incorporado aos serviços militares brasileiros de inteligência. Nas palavras do Pe. José Comblin:

[...] a Doutrina de Segurança Nacional, vinda do exterior, em vez de passar por um processo de rejeição devido às particularidades dos países envolvidos, resulta, na realidade, em uma desnacionalização da vida social e política de cada um deles. [...] A Doutrina da Segurança Nacional é uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se a única realidade e a resposta a tudo.” (COMBLIN, 1980, p.16-17).

Renan Quinalha, em sua tese de doutorado, *Contra a moral e os bons costumes – a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)* defende que a partir do golpe militar e com a consolidação da ditadura do tipo civil-militar houve na prática o uso recorrente e irrestrito de conceitos que passaram a dividir a sociedade de forma binária, entre “eles” e “nós”, em que o “eles” personificaram os inimigos internos taxados de subversivos e o “nós” eram os patriotas da nação, os guardiães da ordem. Segundo Quinalha, percebemos que durante o regime ditatorial, a sociedade passou a ficar dividida entre aqueles que estavam integrados ao regime e aqueles que estão desajustados a eles. Desta forma, Quinalha ilustra que:

O uso recorrente de conceitos como “ordem” e seu oposto “subversão” no topo da pirâmide regulatória do novo regime é reflexo direto da Doutrina de Segurança Nacional⁶, que traçava uma linha divisória entre os que estão integrados ao regime e aqueles que seriam desajustados e que, portanto, deveriam ser neutralizados em sua diferença, ou mesmo eliminados. A imposição de uma ordem estabilizada, segura e unitária, coerentemente homogênea, que repeliria qualquer tipo de perturbação, dissenso ou presença incômoda, foi uma marca característica da ditadura. (QUINALHA, 2017, p.28)

⁶ Conforme o jurista Jorge Tapia Valdés, a Doutrina de Segurança Nacional “(...) é claramente definida como “política” a partir de sua pretensão de conquistar o poder e exercer o governo da sociedade enquanto ente nacional e total, ou seja, através de ações e com relação a interesses que se apresentam ou percebem como gerais ou totalizadores, por oposição de outros interesses que se presumem de classe, de setores, de grupos ou indivíduos.” (VALDES, J. T, *El Terrorismo de Estado – La Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur, 1980, p 102*). www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0016008.pdf acesso em 26/01/18

A partir do momento que o terrorismo de Estado⁷ se consolida, são desnecessárias as ações de grupos paramilitares ligados à direita. Como sublinha o jornalista Rivaldo Chinem:

Os atentados terroristas de direita com autoria oculta atingiram o pico em 1968, decaíram bruscamente em 69 e desapareceram entre 71 e 75. Consumado o fechamento ditatorial, não era mais necessária a atuação provocadora das organizações paramilitares. O terrorismo de direita se oficializou, tornou-se terrorismo de Estado, praticado diretamente por grupos militares institucionais. (CHINEM, 1995, p. 22)

O jornal O Pasquim sempre foi reconhecido pelo humor rasgado e fina ironia de suas matérias publicadas, entrevistas que sempre resvalavam para o campo da polêmica além de editoriais que evidenciavam a crítica do jornal à política brasileira através de articulistas que abusam da linguagem metafórica para despistar os censores do regime. Para que possamos levar à diante a empreitada da realização deste trabalho, será necessário buscar alguns referenciais teóricos que dessem o suporte necessário às nossas investigações. Portanto, utilizaremos como referenciais teóricos Bernardo Kucinski, cuja obra *‘Jornalistas e Revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa’*, será fundamental para o entendimento do que seja a imprensa alternativa, de como surgiu e por quais ideologias era pautada. O autor, jornalista por formação, transita com bastante facilidade e segurança nos temas da imprensa alternativa e ditadura civil-militar. Também utilizaremos a obra *Cães de Guarda – jornalistas e censores do AI5 à Constituição de 1988*, da historiadora social Beatriz Kushinir que se debruça sobre o regime militar a partir do recrudescimento da ditadura e mais especificamente sobre a censura e a imprensa e a relação entre censores e jornalistas. Como aporte bibliográfico, serão utilizados livros que debatam sobre a ditadura quanto a contracultura e imprensa alternativa.

⁷ Conforme Renan Quinalha “(..)o termo “terrorismo de Estado” denota uma estrutura em que diversos níveis hierárquicos e diferentes repartições públicas com seus agentes convertem o desaparecimento forçada e a violação a direitos humanos em uma política não oficializada e assumida, mas generalizada e de Estado. Nessa linha, refutando categorizações mais tradicionais e universalizantes dos autoritarismos latino-americanos, tais quais ‘burocrático-autoritário’ (Guillermo O’Donnell), ‘antipopular’ (Alain Touraine) ou mesmo fascista, Alejandra Pascual frisa ser preciso enquadrar o essencial desse regime que instaurou o terror a partir do Estado, o que só é possível quando se ajusta o foco para “a natureza do poder exercido e nos objetivos do exercício desse poder (...) A melhor qualificação para o regime daquela época é a de terrorismo de Estado”. No mesmo sentido, o clássico livro de Luis Duhalde (**El Estado terrorista argentino. Quince años después, una mirada crítica**, Eudeba, 1999) serviu para popularizar a expressão.” <<https://revistacult.uol.com.br/home/terrorismo-de-estado-um-conceito-necessario/>> acesso em 01/03/2018.

Decidi tomar como ponto de partida o ano de 1969, mais precisamente pouco tempo depois de decretado o AI5 quando há um endurecimento das medidas repressivas surgidas logo após o golpe de 1964. E como ponto de chegada, terminarei no ano de 1975, ano em que há mudança de governo e Ernesto Geisel dá início ao processo de abertura lenta e gradual da política⁸. Portanto, serão analisadas as posturas do jornal O Pasquim pelo período de cinco anos coincidindo com o marco inaugural do periódico em 1969. Nas palavras do jornalista Rivaldo Chinem “ vivíamos o ano de 1969, um período de niilismo na imprensa, o momento em que os jornais, entre janeiro e junho daquele ano, ainda não tinham se recuperado do susto do AI-5” (CHINEM, 1995, p.40). Não se pretende, dentro deste período de cinco anos, analisar todos os jornais, será humanamente impossível fazê-lo sobretudo porque há uma questão de obediência a prazos e isto demandará bastante tempo e inviabilizará a pesquisa.

O jornal O Pasquim como já foi dito anteriormente, foi um periódico alternativo de humor escrachado que utilizava do humor como arma para atacar o regime militar. Sempre vanguardista, O Pasquim estava constantemente se reinventando ao criar bordões que causavam grande impacto e de imediato se popularizavam entre os seus leitores. Contudo, não podemos deixar de perceber que o jornal acabava por reproduzir no seu interior muitos daqueles pensamentos conservadores que ancoravam o regime e boa parcela da sociedade brasileira. Isto pode ser evidenciado em suas matérias, entrevistas ou charges que falavam sobre homossexualidade. Portanto, será com o intuito de perceber as nuances do periódico e mostrar que, embora um jornal da imprensa alternativa arrojado e vanguardista, altamente combativo do sistema, poderia ser também um jornal de ideias conservadoras quanto a questões que diziam respeito a grupos sociais específicos e largamente estigmatizados como os homossexuais.

3 A censura durante a ditadura civil-militar brasileira

A imprensa surge somente no século XVII e no Brasil a imprensa dá os primeiros passos bastante tímidos no século XIX com a vinda da família real portuguesa para o Brasil que fugira da Europa com o avanço das tropas napoleônicas em direção à Portugal. Segundo o historiador Marco Morel no livro *História da Imprensa no Brasil*, na América portuguesa havia uma

⁸ Recentemente foi noticiada pela mídia brasileira a existência de documentos secretos trazidos a público pela CIA que desmonta a ideia defendida por alguns círculos de que o general Geisel operava dentro da legalidade e buscou lentamente à redemocratização (ver <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cia-geisel-centralizou-politica-de-execucao-de-subversivos>) acesso em 16/07/2017.

defasagem grande em relação às Américas inglesa e espanhola. Ainda conforme o historiador, temos que:

Em relação à Europa ou mesmo às outras partes das Américas, os papéis impressos feitos no Brasil surgiram mais tarde. Enquanto no continente europeu já existiam tipografias desde meados do século XV, nas Américas a atividade impressora (embora escassa) surge no século XVI, décadas após a chegada dos europeus. A imprensa periódica propriamente nasce no século XVII no chamado Velho Mundo e somente no século seguinte surge nas Américas inglesa e espanhola. Eram, ainda assim, iniciativas com defasagens em relação à Europa, sob vigilância e repressão das autoridades e aparecendo de forma esparsa. Nesse sentido, a experiência brasileira não foi destoante na América, embora só tenham surgido de forma sistemática a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa e a instalação da tipografia da Imprensa Régia.

A censura prévia aos impressos era exercida, no âmbito dos territórios pertencentes à nação portuguesa, pelo poder civil (Ordinário e Desembargo do Paço) e pelo eclesial (Santo Ofício). (MOREL, 2008, p. 24)

No prefácio do livro da historiadora Beatriz Kushnir – *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988* – somos introduzidos ao tema da censura da seguinte forma:

Complexa e sensível, a questão da censura nas duas décadas de ditadura civil-militar instalada no Brasil em 1964 exigiu de Beatriz Kushnir longa pesquisa em periódicos, entrevistas difíceis, nem sempre concedidas, mas sobretudo reflexão sobre a violência, implícita no ato de coibir unilateralmente a expressão livre de ideias e ações políticas, sonegar informações comprometedoras, calar tudo e todos que não comungassem as posições das forças vencedoras. (KUSHNIR, 2004, p.11)

O AI-5 tornou-se uma resposta do regime ditatorial às manifestações ocorridas sobretudo no interior de organizações estudantis e entre intelectuais contra a ditadura. Justificava-se a necessidade do AI-5 para deter o avanço do inimigo interno que poria a nação na iminência de guerra civil. Assim, vemos que

Ao elaborar a imagem da sociedade brasileira à beira da guerra civil, o coronel Jarbas Passarinho dava aos que se opunham à ditadura a dimensão de inimigo interno, e mais, de serem capazes de multiplicar seu poder de convencimento por meio da palavra se mantida a livre expressão do pensamento. A censura se configura, pois, como um ato violento, explícito, mas também insidioso, a demonstração cabal do reconhecimento da força das ideias do inimigo, o recuo para um lugar onde o debate e o conflito de opiniões cedem suas posições à violência. (KUSHNIR, 2004, p.17)

É necessário atentar que o impacto causado pela censura ia muito além do desgaste provocado nos jornalistas que se viram obrigados a enviarem os seus originais antes da publicação à censura instalada em Brasília. Kushnir aponta que:

(...) é importante mencionar que o expediente censório naquele instante seguia alguns passos como: terminar o exemplar, enviá-lo à capital federal, aguardar os cortes e refazer o número. Esse trâmite estava “matando”, pouco a pouco, O Pasquim e outros. Essa *morte* era primeiro econômica, porque não havia anunciantes e disponibilidade de caixa que resistissem a um jornal perseguido, cheio de cortes que tiravam o sentido das matérias e “velho”, já que muito da atualidade era comprometida pelo cumprimento da burocracia censória (KUSHNIR, 2004, p.17)

A historiadora levanta o debate gerado dentro do Pasquim a partir do editorial redigido por Millôr na edição 300 na qual ele, o chargista, chama atenção para o fato de que o término da censura prévia ao jornal era tratado pelo censor como uma concessão e como tal os representantes do periódico deveriam agir com responsabilidade dali em diante. Kushnir destaca assim que:

Enquanto, para Millôr, a responsabilidade pelo texto impresso que chega às bancas, objurgado ou não, rasurado a caneta vermelha pelo dono do tabloide ou pelo censor do Estado, era sempre da equipe da redação. Por isso o chargista terminou o editorial afirmando que “sem censura não quer dizer com liberdade” (KUSHNIR, 2004, p.19)

Se a situação dos jornais alternativos durante a ditadura civil-militar dentro do contexto de recrudescimento das leis não era nada fácil, por outro lado não podemos afirmar que do lado da grande imprensa a situação fosse mais confortável. Muito embora, como já dito anteriormente, os donos dos grandes jornais de ampla circulação na época da deflagração do golpe tenham dado o seu apoio ao regime militar, logo após o Ato Institucional nº5 ter sido decretado, percebemos uma mudança de postura do regime discricionário em relação à imprensa como um todo. A historiadora Maria Aparecida de Aquino em seu livro *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)* que houve uma discrepância entre o ato de censura entre os jornais da grande imprensa, alguns sofreram intervenção direta dos órgãos do governo enquanto outros tomavam para si, como destaca a historiadora, a responsabilidade de se autocensurarem:

(...) ao iniciar a pesquisa verificou-se que dentre os jornais de grande circulação do eixo Rio-São Paulo e mesmo em toda a grande imprensa diária, somente o OESP [O

Estado de São Paulo] e o Jornal da Tarde foram alvos de censura prévia (entre ago. /set. 1972 e jan.1975), enquanto que os demais praticavam a autocensura, acatando as determinações oriundas da Polícia Federal, seja na forma de bilhetinhos, geralmente apócrifos, seja por meio de ordens telefônicas às redações, e censurando internamente determinados assuntos proibidos por essas ordens. (AQUINO, 1999, p.38)

A exemplo do que ocorrera com O Pasquim inicialmente, OESP recebia no interior da sua redação a presença de um censor de 1972 a 1975. Basta lembrarmos que o jornal O Estado de São Paulo se insurgiu com feroz assertividade contra o governo do presidente João Goulart em seus editoriais quando exigia a tomada do poder pelas Forças Armadas. OESP apoiará ardorosamente o golpe além de sair em defesa das ações arbitrárias do regime discricionário que tomariam forma através de atos institucionais. Contudo, essa postura do jornal mudaria tão logo é baixado o AI5 em dezembro de 1968 quando o OESP entra em rota de colisão com o regime ditatorial.

Aquino mostra como houve a transição de posicionamento do jornal O Estado de São Paulo de defensor ao regime ditatorial a franco opositor na seguinte passagem:

Compreendendo-se as opiniões expressas em OESP em 1964, são claras suas posições professadas em 1968, já em franca oposição a aspectos do desenvolvimento político do movimento militar. Daí tornar-se possível entender sem hiatos a sua passagem de defensor para crítico do regime que ajudara a criar, circunstância assumida coerentemente com seus princípios. (AQUINO, 1999, p. 49)

Assim visto, Beatriz Kushnir ilustra que:

As origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dão a medida do peso e da extensão de uma cultura de censura – o esforço de delimitar o legal e o ilegal. Censurar, como uma política de Estado, tornou-se, portanto, a ação individual ou em grupo realizada por um censor – que, ao analisar obras de cunho artístico e/ou jornalístico permite ou não a sua difusão. (KUSHNIR, 2004, p.37)

À propósito da existência de um servidor público com atribuições de censurar, podemos perceber que os censores ao mesmo tempo em que se preocupavam em definir regras para a prática daquilo que no entendimento deles fosse considerado correto e não colidisse contra as regras da moral e dos bons costumes por outro lado buscavam ocultar do público qualquer indício de que houvesse censura. Maria Aparecida Aquino aponta que:

O zelo em ocultar fica muito claro no depoimento concedido por Fernando Gasparian a J.A. Pinheiro Machado, narrando a censura prévia instituída ao semanário Opinião, a partir de seu oitavo número, em 1972. Antes que esta se instaurasse, Fernando Gasparian (proprietário do semanário) é chamado a depor na Polícia Federal onde um oficial lhe mostra as regras de “boa conduta” a serem seguidas, ou seja, os temas cuja divulgação estava proibida. (AQUINO, 1999, p.63)

Kushnir tece algumas considerações sobre a natureza da censura ao apontar que:

Sob a capa do “resguardo à moral e aos bons costumes” ou defendendo questões de “interesse da nação”, considero a censura sempre política. Atemporal, em cada instante, contudo, as peculiaridades ditam suas especificidades. Em um tempo de imposição e silêncio, informar-se apenas pelas notícias permitidas é, no mínimo, apreender uma imagem bastante equivocada do tempo vivido. (KUSHNIR, 2004, p. 39)

A historiadora também critica o maniqueísmo forjado no duelo do bem contra o mal no qual o bem é personificado na figura heroica e voluntariosa de jornalistas que se opuseram e ofereceram resistência à censura enquanto o mal é encarnado na pessoa do censor. Kushnir busca em seu trabalho relativizar essa questão ao sugerir que nem todos os jornalistas se opuseram à ditadura civil-militar e à censura, mas que, por outro lado, houve uma prática de colaboracionismo por parte de alguns ao regime.

Destaca a historiadora que “(...) as reflexões nesse campo têm-se debruçado mais fortemente sobre a resistência, sobre o burlar o “não-dizer”. (...) um dos intuitos desta reflexão é perceber uma atuação colaboracionista, realizada na grande imprensa, ante a imposição autoritária”. (KUSHNIR, 2004, p. 39)

No entendimento da historiadora houve a construção no interior do discurso daqueles que se opunham à censura de “uma visão por vezes mítica de resistência, na qual se encerra igualmente toda uma memória, pessoal e coletiva, do papel que se desempenhou nos *anos de chumbo*” (KUSHNIR, 2004, p. 39, grifo da autora)

É importante ressaltar que cada vez mais com as pesquisas históricas realizadas nos últimos anos em cima da censura praticada pelo regime civil-militar tem demonstrado que aquela imagem da imprensa como bastião das liberdades é equivocada porque, segundo Carlos Fico,

(...) ainda é comum ver-se destacado o papel dos órgãos que sofreram com a censura ou a atuação de profissionais que procuraram negaceá-la. (...), porém, milhares de veículos, por todo o Brasil, assumiram posturas pragmáticas ou de apoio ostensivo ao

regime, o que tem sido por vezes chamado, genericamente, de “autocensura”, expressão que não revela todos os matizes do problema. Afinal, “autocensura denota um comportamento de colaboracionismo, algo distinto dos procedimentos pragmáticos dos que pretendiam “evitar problemas” ou dos que seguiam as ordens da censura por receios diversos. (FICO, 2009, p.189-190)

Nas palavras de Kushnir “ censurar, portanto, é um ato político em qualquer esfera ou instante de sua utilização. Com graus de ingerência maiores ou menores, esse ponto é fundamental para compreender os mecanismos estabelecidos nos pós AI-5”. (KUSHNIR, 2004, p.106) Para endossar o AI-5, pouco tempo depois da promulgação do ato institucional que “estabeleceu o recesso do Congresso, a suspensão dos direitos políticos, a proibição das manifestações públicas e a suspensão do habeas corpus”. (KUSHNIR, 2004, p. 107), veríamos a formulação do Decreto-Lei nº 1077 DE 26/1/1970 que no entendimento da autora legalizou a censura prévia. O Decreto-Lei de 1970 em observação à vigilância da moral e dos bons costumes, era taxativo em sua proibição a quaisquer publicações, nacionais ou estrangeiras que apresentassem risco ou colidissem contra a estreita observação daquelas normas.⁹

Quinalha corrobora as palavras de Kushnir ao endossar o papel político que toda censura comporta quando a mesma realiza arbitrariamente ações que proibam o livre trânsito de ideias e expressão e impor uma visão monolítica sobre tudo. Desse modo, podemos perceber que, segundo Quinalha:

Toda censura, sem dúvida, tem uma dimensão política inegável. Afinal, é da própria definição do processo censório impedir a produção de determinadas informações, restringir a liberdade de pensamento e de expressão, colocar obstáculos para que opiniões circulem no espaço público e acabar, com essa vocação autoritária, impondo uma visão única sobre assuntos complexos e que deveriam comportar uma pluralidade de perspectivas. Trata-se, portanto, de um ato essencialmente político. Além do mais, qualquer censura moral e dos costumes de uma sociedade também possui um aspecto intrinsecamente político de policiamento de condutas, de limitação das liberdades, de sujeição de corpos, de controle de sexualidades dissidentes, de domesticação dos desejos e mesmo de restrição às subjetividades de modo mais amplo. (QUINALHA, 2017, p.35)

Aquino revela que muitas pesquisas que têm na censura seu objeto de estudo acabam por se deter em uma visão carregada de vícios interpretativos acerca do significado da censura em si quanto do papel real da imprensa e do Estado na ditadura civil-militar. Segundo Aquino:

Alguns trabalhos elaborados sobre o período que têm a censura como um dos seus aspectos (ou o seu aspecto central) acabam, por vezes (esclarecemos que não é o caso de todos), construindo uma imagem estereotipada da própria censura, da imprensa e do Estado vigentes durante o regime militar brasileiro. (...) A de uma censura unilinear e aleatória que age ao sabor das

⁹ Cf. Kushnir, 2004, p.116

circunstâncias e ao gosto do “censor de plantão”, sem sujeição a uma lógica historicamente construída no interior do regime autoritário.

A de um Estado todo-poderoso, dotado de vontade única, ausente de contradições internas e de interesses diferenciados, condutor dos destinos da nação tanto no momento em que recrudescer a repressão, como quando encampa o projeto de “distensão” política, transformado em “abertura lenta, gradual e segura”.

A de uma imprensa vítima do algoz censório que atua indivisa na batalha pela restauração da plena liberdade de expressão. (Aquino, 2001, p. 515)

Corroborando a fala da historiadora Maria Aparecida Aquino, a jornalista Cremilda Medina sobre a censura defende que

Numa redação jornalística, as tensões e contradições dessa malha de poderes vêm à tona constantemente, quer se viva em período de saudável conflito democrático. Arriscaria dizer que, do fim da década de 1960 ao fim da década de 1970, em um clima de risco perante a repressão, risco esse que significa perda de vida ou prisão e tortura, a ousadia solitária diante do monstro ultrapassava com mais facilidade as pequenas e médias censuras do que no atual período em que se vive na selva democrática. Tão logo afrouxa o autoritarismo central, recrudescem os autoritarismos intermediários, os autoritarismos bem localizados no grupo de trabalho e, o que é mais sutil, a repressão íntima, frequentemente chamada de autocensura, ou, no meu entendimento, a afirmação do conservadorismo nas rotinas profissionais que dão margem à rebeldia. (MEDINA, 2001, p. 428)

Kushnir aponta para uma questão importante e às vezes despercebida que é a aparente contradição entre a censura prévia que demarcou o triste território das arbitrariedades nos pós golpe com a legalidade de seus atos. Embora a violência flagrante que constitui o arcabouço dos atos censórios. De acordo com Kushnir, o que devemos ter em mente é que:

Por mais que fosse aviltante, a censura prévia no pós-1964 não era ilegal em termos jurídicos. Sua existência, para a imagem construída pelo governo, não poderia ser divulgada. Certamente o mais difícil, pelo foco do cidadão, nesse regime ditatorial civil-militar foi conviver com a violação dos direitos civis e políticos “legalizada” por normas e decretos. Os governos de pós-1964 criaram jurisprudências, que serviam de capa de legalidade. Atos como banimento, expulsão do país e censura prévia são terríveis, mas eram legais. Ou seja, eram executados sob o amparo da lei e pela força bruta. (KUSHNIR, 2004, p. 120-121)

Precisamos tomar conhecimento que embora seja bastante comum a associação tácita de censura à imprensa com a ditadura civil-militar, é um equívoco porque a censura no Brasil é bem anterior ao estabelecimento do regime ditatorial e inclusive remonta ao período da colônia. Segundo a historiadora Ana Luisa Martins “(...) esse controle aparece como uma

constante, reincidindo em momentos de crise política aguda ou mesmo em circunstâncias inesperadas e subliminarmente, insuflado por indivíduos, grupos, classes sociais e, sobretudo, pelo poder constituído. ”. (MARTINS, 2001, p.155). Martins aponta que o Brasil nasceu sob a égide da censura em razão das peculiaridades de sua formação histórica colonial que traz como resultado o condicionamento do país dentro do sistema capitalista mundial (Cf. MARTINS, Op.Cit, p. 156).

4 A imprensa alternativa, O Pasquim e a censura

Conforme o jornalista José Luis Braga,

A história da imprensa alternativa, ou nanica, como se preferiu em determinado momento – poderia, hoje, ser extensa, em vista dos vários e cativantes exemplos que o fenômeno foi pródigo em oferecer. Lançando uma lufada de vento novo e benfazejo sobre a ‘antiguidade’ da imprensa convencional, numa abundância invejável de novos procedimentos editoriais, inovação de linguagem, vocabulário e paginação, esse tipo de jornalismo desempenhou um papel, podemos dizer histórico, pela invenção e originalidade, especialmente no combate à censura e à repressão política.

Segundo o jornalista Bernardo Kucinski muitos jornais alternativos deixam de existir.

Para o autor

Com o acirramento das manifestações de rua contra o regime militar entre 1967 e 1968, desapareceram os jornais alternativos da primeira fase inspirados na ideia da resistência democrática, na crítica ao grotesco do golpe e no nacionalismo. E com a eclosão das grandes greves operárias e da guerrilha de 1968-1969, desaparecem os alternativos inspirados pelo imaginário da guerrilha. (KUCINSKI, 2003, p.71)

Citando outro autor, Sérgio Caparelli, Kucinski afirma que a imprensa alternativa se desenvolveu a partir das lutas nos países do sul da América do Sul. Embora Kucinski veja esse postulado como verdadeiro, não deixa de levantar questionamentos acerca da formação da imprensa alternativa em momentos distintos. Kucinski afirma que “(...) se a imprensa alternativa é parte e função das lutas sociais, como se explica seu quase-desaparecimento entre 1968 e 1969, período de recrudescimento das grandes manifestações de rua, seguidas da guerrilha urbana? ” Uma análise bastante interessante proposta por Kucinski é a de que se houve, por um lado, um projeto nacional que a imprensa alternativa buscou forjar junto a movimentos esquerdistas como estratégia de defesa dentro daquela conjuntura política de repressão a movimentos sociais e censura, por outro lado é significativo que o ponta-pé da estratégia da imprensa alternativa tenha sido o jornalístico, e não o político.

Kucinski ilumina a questão ao apontar que

(...) nos momentos de grande comoção social, a grande imprensa reabre seus espaços críticos. Quando isso acontece, os jornalistas não procuram a alternativa. Há, portanto,

uma interação complexa entre duas necessidades distintas: a do fazer político e a do fazer jornalístico, que tanto podem se somar como se anular. Na maior parte do grande arco de tempo que vai de 1964 a 1980 elas se somaram. No biênio 1968-1970, no entanto, assim como a partir de 1980m elas se anularam. (KUCINSKI, 2003, p.72)

Com a morte de Carlos Marighella em 1969 e Carlos Lamarca em 1971, a derrota da guerrilha do Araguaia e o golpe militar que destituiu Salvador Allende no Chile encerra-se um período profundamente marcado pelos enfrentamentos de grupos armados de esquerda influenciados pelos ventos da Revolução Cubana contra as políticas discricionárias do regime militar. Testemunha-se paulatinamente a um retraimento do formalismo tradicional no que tange a temas mais ‘assépticos ou sisudos’ para dar lugar ao humor. Kucinski aponta que “o Pasquim imaginado por Jaguar, como um jornal do bairro de Ipanema, do Rio de Janeiro, O Pasquim logo revelou vocação à universalidade, extraindo daquele microcosmo uma visão crítica, compartilhada por jovens e artistas do resto do país”. (KUCINSKI, 2003, p. 209)

O Pasquim, a exemplo de outros jornais alternativos, viria a ocupar o espaço vago deixado pelas organizações populares. O ineditismo do Pasquim estava além do seu humor felino e escancarado, na sua análise sobre um tema qualquer da sociedade que muitas vezes era deixado de lado pela assim chamada mídia tradicional. O Pasquim não apenas bateria de frente com a ditadura militar como teceria críticas à classe média brasileira e à grande imprensa. Nas palavras de Kucinski, temos que “ alimentando-se tanto nas raízes do existencialismo e da contracultura norte-americana, como nas raízes do populismo, a “ patota” de O Pasquim encontrou seu denominador na mais intransigente oposição à ditadura. Por isso, O Pasquim possuía duas dimensões, uma contingente, de combate à ditadura, e outra filosófica. (Cf. Kucinski, Jornalistas e Revolucionários, 2003, p. 209)

O semanário carioca notabilizou-se entre os jornais alternativos porque oferecera um modelo de liberdade total que para além do que era oferecido ao seu público leitor, os próprios membros do Pasquim punham-na em prática na redação do jornal, quer fosse na forma desviante de produzir as matérias do jornal, quer fosse na maneira com que as drogas, especialmente a maconha e a cocaína eram tratadas por seus colaboradores. Somando-se às bandeiras da liberdade total e do uso de drogas no interior da redação, há a ética do prazer que conforme Kucinski:

O Pasquim acabou criando uma versão carioca ainda mais cínica e debochada da ética do prazer inaugurada por Hugh Hefner, na Playboy, que proclamava o sexo como fonte suprema do prazer e, portanto, a abstinência sexual como uma atitude moralmente condenável. (KUCINSKI, 2003, p. 210)

O Pasquim não era, a priori e como muitos poderiam imaginar, um jornal pautado por assuntos da política, mas o semanário foi, sim, profundamente político em todos os assuntos que tratava. Assim, temos que:

O Pasquim não era um jornal político, era apenas um jornal debochado, de contestação, indignado que queria sair do sufoco, um jornal que não suportava mais ver os outros jornais como a primeira página do Jornal do Brasil, cheia de insinuações e legendas, e o censor dentro da redação. O Pasquim saiu sem nenhum projeto. Irreverente, moleque, com uma linguagem desabrida, bastante atrevido para os padrões de comportamento da imprensa na época e com boa distribuição. Fez um sucesso extraordinário. Os leitores acreditavam no que o *Pasquim* dizia. Cada pessoa que estava na oposição, inconformada com aquele estado de coisas, via nele o seu jornal. E assim o jornal conquistou várias faixas de leitores (CHINEM, 1995, p.43, grifo do autor).

O tom de deboche escancarado e aberto desafio ao governo ditatorial trouxe amargas consequências ao Pasquim. Como não bastassem os dissabores sofridos pela redação em ver a maioria dos seus impressos vetados, o Pasquim tornou-se em plena ditadura o primeiro periódico a ter toda sua equipe editorial presa em razão de uma brincadeira que, segundo argumentavam os censores, punham em xeque a segurança nacional.

Chinem destaca que:

Quando os editores do Pasquim foram presos, a redação já estava sob censura. Aconteceu que os censores deixavam sair uma matéria que foi considerada atentatória à segurança nacional, mas na verdade não passava de uma brincadeira de Jaguar. Na época, a música “Eu quero mocotó” fazia grande sucesso. O humorista pegou o quadro do grito do Ipiranga, de Pedro Américo (...), e colocou dom Pedro gritando “Eu quero é mocotó”. (CHINEM, 1995, p.47)

Ao mesmo tempo que o Pasquim desafiava, o regime militar, incomodava também outros grupos, como a grande imprensa e as associações católicas. O Pasquim tornou-se objeto de desconfiança da grande imprensa que o percebiam como um ‘novo competidor no mercado publicitário, especialmente o mercado de revistas.’ (Cf. Kucinski, 2003, p. 216)

O Pasquim junto com outros jornais importantes da imprensa alternativa se coloca à margem do status quo ao colidir com as convenções sociais, ao burlar as regras da sociedade e no enfrentamento de questões políticas com muita ironia e sarcasmo. A historiadora Maria Aparecida Aquino cita outro historiador, Ciro Marcondes Filho, ao afirmar que há uma relação

entre imprensa europeia não submetida ao jogo do mercado e estreita relação entre os movimentos estudantis e a imprensa alternativa. Ele destaca que

O característico dessa nova imprensa é a proposta de desvinculação das correntes políticas. A linha” desses jovens, se é que se pode dar esse nome à sua orientação, é somente a de dar espaço e publicidade aos grupos postos à margem dos processos políticos, econômicos e sociais. São, portanto, jornais-instrumento [grifo do autor] antes de serem jornais-ideologia. Sua proposta é a de serem apenas porta-vozes desses movimentos. (Ciro Marcondes Filho apud AQUINO, 1999, p. 121)

Os jornais da imprensa nanica ou mais precisamente alternativa colocam-se decisivamente contrários ao poder do regime militar e isto se evidenciava pelas matérias jornalísticas pautadas por um forte conteúdo de caráter denunciasta mesclado a um apelo pela liberdade de expressão. Pela audácia desses jornais em levantarem-se frontalmente contra o regime militar, pagariam um preço bastante alto na medida em que:

Assuntos obrigatórios na cobertura jornalística eram vistos como um insidioso plano de “elementos infiltrados e interessados na agitação, baderna e descrédito das autoridades constituídas que nefasta e silenciosamente vão motivando e sensibilizando a opinião pública em torno do seu objetivo político-ideológico – ‘comunizar’ o País” (Arquivo Nacional/ Ministério da Justiça – Fundo DSI/ MJ – informação nº 235/75 – DSI/MJ, de 11.4.1975 citado por MAIA, 2001, p. 499)

Um dos recursos utilizados pela ditadura civil-militar para endossar os seus atos discricionários terá sido a criação de jurisprudências que blindaram todos decretos e normas baixadas e embora os cidadãos vissem suas vidas completamente cerceadas com uma série de interditos lançados por um Estado policial e terrorista, muito pouco poderia ser feito na medida em que as ações arbitrárias do Estado encontravam respaldo nas leis.

Rivaldo Chinem ilustra o conceito de censura através do olhar crítico do cineasta e roteirista estadunidense Orson Welles. Assim, citando indiretamente Welles, Chinem aponta que

A censura era sua própria polícia, seu próprio legislador, seu juiz e seu júri. Pela própria natureza do ofício, despreza os métodos democráticos. Suas condenações não têm apelação. Não pretende aplicar uma lei, mas sim agir em nome da moralidade.

“Moralidade”: a palavra soava como o ruído melancólico da roda de orações de um mosteiro do Tibete, abafando o tic-tac do pêndulo, paralisando o pensamento, secando as fontes de poesia, adormecendo o espírito num sono impenetrável aos sonhos. Era nisso que a censura transformava a moralidade, em algo que os censores gostariam de nos impor como um limite à livre expressão. Como todos os tiranos, não podiam conviver com versões e opiniões diferentes das suas — e a verdade não pode ser definida, limitada ou encerrada em regras. Os santos e os artistas não se evidenciaram na história pelo seu conformismo. (CHINEM, 1995, p. 15)

Em relação ao Pasquim, percebemos que os seus jornalistas, articulistas, chargistas eram muito hábeis com a linguagem. As palavras ganhavam uma rica plasticidade e sonoridade e os neologismos ganhavam as ruas. O Pasquim subiu de status e começou a chamar a atenção das autoridades. A princípio o semanário ipanemense era censurado previamente no interior da redação pela censora dona Marina e logo depois por um general. Tanto um quanto o outro, os membros do Pasquim souberam forjar estratégias para fugir da censura, ou, pelo menos, reduzir ao máximo, os efeitos dela. Não deu outra, com a dona Marina a presentearam com um whisky e a mesma aprovava tudo. Demissão. Com o general que jogava cartas na praia de Ipanema, enviaram uma moça com poucos trajes para amaciar o militar. Conclusão, a censura ao semanário seria feita a partir de Brasília.

Conforme Márcia Meme Buzalaf em sua tese de doutorado, *A Censura no Pasquim (1969–1975) – As Vozes Não Silenciadas de Uma Geração*, que o ambiente no qual os jornalistas do Pasquim estavam inseridos geográfica e culturalmente contribuiu para que o Pasquim não sofresse uma censura tão implacável e dura como acabaria acontecendo com a centralização da censura em Brasília. É interessante observar que Márcia Meme Buzalaf destaca as peculiaridades desse universo particular do Pasquim:

No ambiente carioca, principalmente, o mais recente período de censura instituída no Brasil conviveu com o crescimento de um jornalismo não-comercial e criativo, que ajudaria a mudar o padrão de imagem, formato e conteúdo dos impressos brasileiros. A imprensa alternativa, fortalecida pela atenção dada pelos militares aos jornais comerciais, pela intensificação dos novos grupos culturais e pela forma menos empresarial de sua gestão, criou um importante espaço de resistência e expressão de uma geração no final dos anos 60 e começo dos anos 70. E é nesse cenário que o Pasquim é concebido.

Criado no Rio de Janeiro, em Ipanema, o jornal alternativo brasileiro que mais vendeu, e que mais tempo durou, conseguiu publicar 1.072 edições durante mais de 22 anos, sendo mais de cinco deles sob censura direta. Ninguém esperava a força e a resistência do Pasquim. Mesmo considerando a experiência de seus principais redatores, e a ciência de que a imprensa alternativa sempre teve uma baixa expectativa de vida, seja em decorrência da administração nada profissional da empresa, seja em decorrência da falta de interesse dos anunciantes, o jornal consegue passar por vetos e diferentes formas de censura. (BUZALAF, 2009, p. 15)

No que pesem as considerações de Buzalaf sobre o lócus geográfico dentro do qual o Pasquim estava inserido e as características que o ambiente carioca proporcionava, de maior leveza e frouxidão por parte dos censores cariocas e a prioridade da ditadura civil-militar em privilegiar a repressão e a censura a jornais robustos da grande mídia, é preciso ter em perspectiva que a conjuntura política daquele momento obrigava a todos os profissionais do jornalismo uma postura cercada de cuidados e ainda que o Pasquim não houvesse ficado em um primeiro momento sob a mira dos agentes da censura, o medo e as preocupações com uma batida na redação (o que se concretizaria mais tarde em muitas ocasiões) sempre estiveram presentes entre os membros do semanário muito embora eles escamoteassem o sentimento de apreensão e inquietude através do humor rasgado e do sarcasmo que se imprimiram como marcas do jornal carioca.

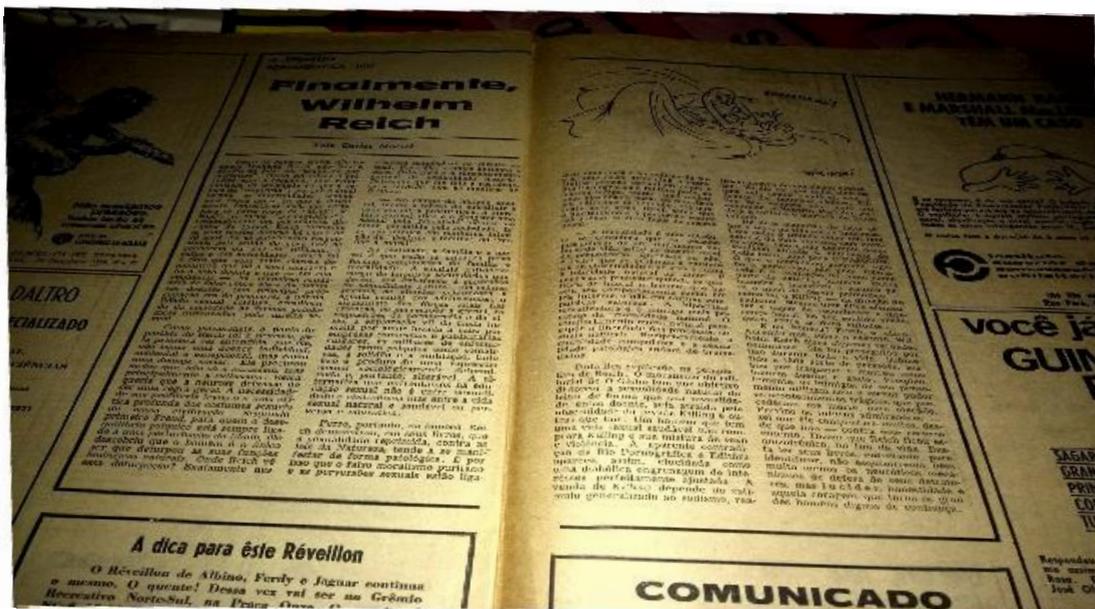
5 A Contracultura, a homossexualidade e O Pasquim

A grande imprensa de coadjuvante do golpe de 1964 e solidária à ditadura inaugurada, não demorou muito para perceber que o seu papel de apoio logo seria desprezado pelas forças que conquistaram o poder e que, golpe dentro do golpe, em resposta às lutas intestinas no seio da sociedade brasileira, no campo e nas cidades e sobretudo no ambiente urbano formado por jovens universitários de classe média, o regime militar inaugurou uma nova era com o AI5. Contudo, apesar do alto grau de violência exercida por um Estado policial contra os seus cidadãos, a década de 1970 revelou um intenso nível de produção cultural, o que é revelador das formas encontradas por uma sociedade em resistir às ações de um grupo dominante e das estratégias arquitetadas para o enfrentamento. Podemos ver, conforme Simões e Facchini, que houve deste modo o que eles interpretam como:

(...) um tempo de grande efervescência artística e de contestação cultural no país. Com a grande imprensa manietada pela censura, surgem jornais alternativos, fora das grandes empresas de mídia, em formato tabloide, que funcionam como veículo de crítica política e cultural. Um desses jornais independentes de maior impacto foi O Pasquim, criado em 1969 por um grupo de jornalistas cariocas que usavam de um estilo muito particular, marcado pelo humor anárquico e irreverente, para tratar de temas ligados a costumes e comportamento. Severamente perseguido pela censura, o jornal era obrigado a submeter suas matérias diretamente a Brasília – como ocorreu depois com o semanário *Opinião*, de perfil mais sóbrio e voltado para a crítica política – e seus realizadores passaram por várias prisões coletivas. Ao tratar da homossexualidade, O Pasquim produziu matérias célebres, como a entrevista com Madame Satã, famoso malandro homossexual da Lapa carioca, ao lado de inúmeras provocações com farta utilização da palavra “ bicha”, que valeram ao jornal e a seus

integrantes a qualificação de “machista”. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 74-75, grifo nosso)

Figura 1: Artigo Luiz Carlos Maciel



Fonte: O PASQUIM, Rio, p. 25-32, nº 27, 1969

Na figura acima, há um artigo do jornalista Luiz Carlos Maciel, gaúcho de Porto Alegre, Luiz Carlos Maciel foi um filósofo, jornalista e roteirista, integrou o time do jornal O PASQUIM e foi um dos membros fundadores. Luiz Carlos Maciel se notabilizou por ter sido uma figura ímpar dentro do semanário carioca dado o seu cosmopolitismo cultural e por ter trazido o conceito da Contracultura ao Brasil após a sua rica experiência em solo estadunidense quando recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller.

Maciel foi o precursor da Contracultura e é visto como o “o guru da contracultura”¹⁰ no Brasil, seus escritos na forma de artigos de jornais, ensaios, livros de memórias atestam não apenas a uma produção prolífica, mas sobretudo uma percepção cirúrgica e amplas dos acontecimentos do seu tempo. Homem profundamente sintonizado com os eventos políticos de sua época, Maciel soube traduzir com destreza toda explosão de sentimentos, as angústias, as carências, dores e alegrias que tomaram de conta daquela geração que esteve perdida entre os sonhos de um futuro mais sorridente e o pesadelo real imposto uma ditadura cruel. Sobre o ensaio da figura 1 do Pasquim, Maciel no título já evoca o nome de Wilhem Reich, psicanalista discípulo de Freud e que segundo Maciel foi o

Cara que, com mais clareza, demonstrou que há o sexo saudável e há o sexo doente e que – em consequência – há maneiras saudáveis de falar sobre ele e há maneiras doentes. Sua principal preocupação era a de promover a *normalidade sexual* coletiva, erradicando da sociedade as formas patológicas instauradas pela direita sexual. ” (MACIEL, **Negócio Seguinte**, p. 62, 1981).

Nas palavras de Maciel, Reich se posicionava à esquerda na medida em que propunha uma reformulação da sociedade através do sexo e que era necessário perceber a neurose, antes vista como um problema de saúde individual como uma doença coletiva e que não bastava apenas a sua cura, mas antes a sua prevenção que se daria através de um entendimento de que a prática sexual deve estar livre das correntes da moralidade puritana. Maciel cita Reich ao afirmar que:

— A moralidade é uma ditadura, se considera que as pessoas possuidoras de um sentimento natural da vida estão no mesmo nível da pornografia. Queira-se ou não, é assim que se prolonga a existência da obscenidade e se leva à ruína a felicidade natural do amor. É necessário protestar quando se qualifica de imoral o homem que baseia seu comportamento social em leis internas e não em formas compulsivas externas. A hipocrisia moralizadora é o inimigo mais perigoso da moralidade natural. O comportamento moral natural pressupõe a liberdade dos processos sexuais. Reciprocamente, a moralidade compulsiva e a sexualidade andam de braços dados. (MACIEL, 1981, pp. 63-63)

¹⁰ Talvez o leitor se perguntará o porquê de grafarmos a palavra “contracultura” ora em maiúscula ora em minúscula. O movimento contracultural explosivo que tomou de assalto os Estados Unidos e a Inglaterra e, em doses variadas, o restante da Europa Ocidental e a América Latina, que repercutiu profundamente na música, teatro, literatura e política, é um fenômeno datado que principia no princípio dos anos 1960 e termina na década seguinte, portanto aqui grafarmos Contracultura, com maiúscula mesmo mas “contracultura” com minúscula caracteriza qualquer movimento de resistência e confronto com o sistema dominante e, portanto, “contraculturas” sempre houveram em todas as épocas e lugares do mundo.

Conforme verificado, há no texto de Maciel uma crítica ácida aos moralismos da ditadura civil-militar que buscaram anatematizar qualquer prática ou conduta sexual desviante em nome de uma sexualidade vista pelo regime de exceção como “normal”, ou seja, trata-se inegavelmente de normalizar a heterossexualidade como a prática sexual natural entre um homem e uma mulher e joga na marginalidade todas as outras práticas, performances e discursos sexuais que desafiem abertamente o sistema. No entanto o moralismo do regime discricionário e da sociedade brasileira não impediram o florescimento de uma cultura efervescente. Deste modo, vemos que apesar do (ou por causa dele) estrangulamento político do Brasil com suas instituições públicas engessadas pelo poder ditatorial, um verdadeiro renascimento das Cultura manifestada pela música, artes plásticas, teatro, novelas, performances de rua e por uma imprensa alternativa que se negava a fazer o mais do mesmo e propunha novas formas de discussão e questionamento em relação à política do país.

Segundo Simões e Facchini:

O Pasquim foi o primeiro veículo de grande circulação a tratar, ainda que com sua idiossincrasia, da contracultura, do *underground* e do “desbunde”, termos que ajudou a difundir e a popularizar, como expressão de estar “fora do sistema” e de negar a “carece”. Como fenômeno sociocultural de alcance mais amplo, a contracultura no Brasil frutificou nos anos 1970. Suas expressões menos espetaculares, mas de impacto mais profundo, podem ser apreciadas em certos estilos, hoje bem mais corriqueiros, mas que antes causavam espécie. Antes dos anos 1970, não eram fabricados no Brasil jeans macios que desbotavam. Roupas justas e cores como o vermelho e o rosa, assim como bolsas e adornos, eram tabus na indumentária masculina. Usá-los no começo [sic] dos anos 1970 era uma espécie de afronta às convenções de gênero. (SIMÕES;FACCHINI, 2008, p. 75)

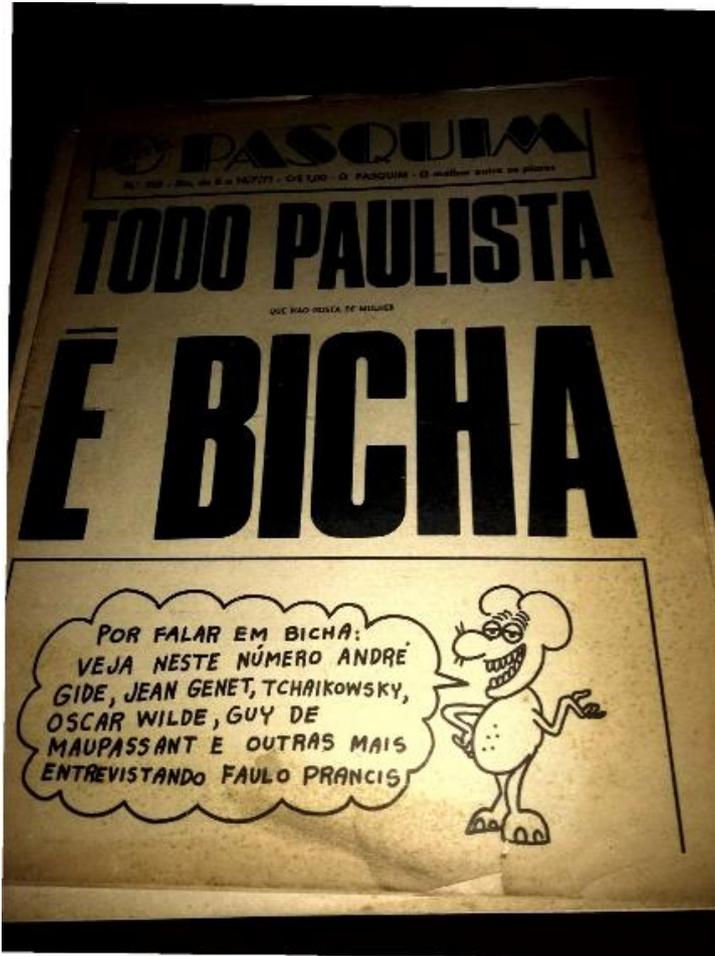
Não nos esqueçamos de que essa explosão de cores, sabores, sons que tão bem marcaram a Contracultura, essa se diferenciou dos movimentos culturais anteriores por seu caráter singular que transcendeu os muros da academia e da intelectualidade e transbordou para as massas. Assim, é válido pontuar o testemunho de Maciel nesse trecho no capítulo do seu livro *Negócio Seguinte* que diz que:

Também era amarrado em teatro de vanguarda – Samuel Beckett. Montei, com 19 anos de idade, *Esperando Godot*, de Beckett, teatro do absurdo, ligado ao existencialismo e a toda uma tradição de arte de vanguarda europeia. Que foi sempre a arte dos loucos. Aqueles caras, cubistas, dadaístas, existencialistas, surrealistas – todos malucos. Essa tradição de vanguarda, essa tradição pirada da cultura ocidental me atraía muito e desembocou no que, nos anos sessenta, passou-se a chamar *contracultura*.

Com uma diferença: todos esses movimentos antecedentes, ou essas maluquices anteriores, se verificaram no plano restrito de cultura: limitavam-se aos artistas e

filósofos, no caso do existencialismo. Mas, quanto à contracultura, esta passou a ser, além de um fenômeno cultural, um fenômeno mais de massa, social. Muita gente começou a debundar. Quer fossem artistas, quer não fossem. Começou a se formar um tipo de gente diferente, no meio da juventude. (MACIEL, 1981, p. 74, grifo nosso)

Figura 2. Capa do Pasquim com charge do ratinho Sig.



Fonte: O PASQUIM, nº 105, Rio, 8 a 14 de julho de 1971

Na figura acima, vemos uma figura do famoso ratinho Sig, mascote do Pasquim. Quanto a Sig, trata-se de uma homenagem ao psicanalista austríaco Sigmund Freud e é interessante observar como as ambiguidades comportamentais, as neuroses, a irredutibilidade moral de uma classe média conservadora encontram pelas páginas do Pasquim uma crítica ferina através de laivos de humor sarcásticos seja através das falas dos membros fundadores envolvidos diretamente com o semanário carioca com suas colunas e entrevistas seja através de um bem cuidado trabalho de arte representado por charges e tiras e personagens criadas especialmente como alívio cômico para aquele momento tenso da política brasileira das quais o ratinho Sig é o expoente maior e tornou-se ícone do jornal da turma da patota de Ipanema. De acordo com Braga:

O nível humorístico é obtido pela fusão de objetos considerados de natureza diferente: política e sexo, política e carnaval, prostituição e censura. A eficácia crítica é

provavelmente decorrente de um rebaixamento (a nível de achincalhe) de temas a que nossa cultura jornalística atribui o qualificativo de ‘graves’. A carnavalização desses temas desarma a fachada de seriedade forçada que os sustenta, e abre espaço para a percepção do ridículo, da falsidade, ou do absurdo de algumas decisões ou de certas ‘realidades políticas’. Um aspecto adicional (não menos importante, porém) é que, ao amalgamar coisas da política e moralismos de classe média como objeto de seu ataque, o *Pasquim* desvenda um dos pontos de sustentação e manutenção do regime militar. Não terá sido por outra razão que o jornal foi tão perseguido como ‘atentatório à moral’. A abordagem por agregação de temas aparentemente independentes é assim uma das características principais da capa pasquiniana. (BRAGA, 1994, p. 169-170)

Interessante que há uma frase evocativa e apelativa em letras garrafais que ocupa meia página do jornal e diz que “todo paulista é bicha”. Ora, aqui vemos uma atitude do *Pasquim* que se revela o puritanismo da sociedade com suas ambiguidades é interessante observar como o *Pasquim* acabou muitas vezes, intencionalmente ou não, reforçar estereótipos e endossar estigmas contra a população homossexual. Ainda que na outra metade do *Pasquim*, vejamos o ratinho Sig anunciar grandes nomes da literatura mundial como sendo “bichas” porque foram reconhecidamente notórias figuras públicas declaradamente homossexuais e que imprimam as dores, angústias, medos e inseguranças que os assaltavam com frequência em suas obras literárias. Pode-se argumentar favoravelmente ao *Pasquim* que a postura do jornal em relação ao tema era bastante positiva porque ao pôr em evidência uma das mais conhecidas injúrias desferidas aos homossexuais, o *Pasquim* poderia estar prestando em tese um favor contra a ideologia machista e homofóbica de então, não se pode esquecer, no entanto, que os membros do *Pasquim* não estavam ali para levantar bandeiras de grupos específicos, o alvo principal do jornal era a ditadura e contra a qual buscavam provocar muito barulho através de chamadas de capa escandalosas e matérias provocativas. Acerca da chamada de capa que traz uma provocação aos paulistas ao ofendê-los pela injúria ‘bicha’, reveste-se de importância o conceito dado por Didier Eribon a ofensas de caráter sexual. De acordo com Eribon:

“Viado nojento (“sapata nojenta”) não são simples palavras lançadas *en passant*. São agressões verbais que marcam a consciência. São traumatismos sentidos de modo mais ou menos violento no instante, mas que se inscrevem na memória e no corpo (pois a timidez, o constrangimento, a vergonha são atitudes corporais produzidas pela hostilidade do mundo exterior). E uma das consequências da injúria é moldar a relação com os outros e com o mundo. E, por conseguinte, moldar a personalidade, a subjetividade, o próprio ser de um indivíduo. [...] logo, o insulto é um veredito. É uma sentença quase definitiva, uma condenação perpétua, e com a qual vai ser preciso viver. Um *gay* aprende a sua diferença sob o choque da injúria e seus efeitos, dos quais o principal é seguramente a conscientização dessa disimetria fundamental instaurada pelo ato de linguagem: descubro que sou alguém de quem se pode dizer isto ou aquilo, alguém que é objeto de olhares, dos discursos e que é estigmatizado por esses olhares e esses discursos. A “nomeação produz uma “conscientização de si mesmo como um “outro” que os outros transformam em “objeto”. [...] (ERIBON, 2008, p. 27-28)

A essa nomeação que provoca uma consciência de si pelo olhar do outro, muitos leitores do Pasquim, dentre os quais muitos homossexuais, viram-se representados nas páginas do jornal, mas através das falas diretas e indiretas, presentes nas charges, colunas e nas entrevistas carregadas de duplo sentido e maliciosas que evidenciam especialmente o grau de preconceito dos entrevistados, a maioria homens do mundo esportivo e artistas, em relação aos homossexuais, especialmente os gays.

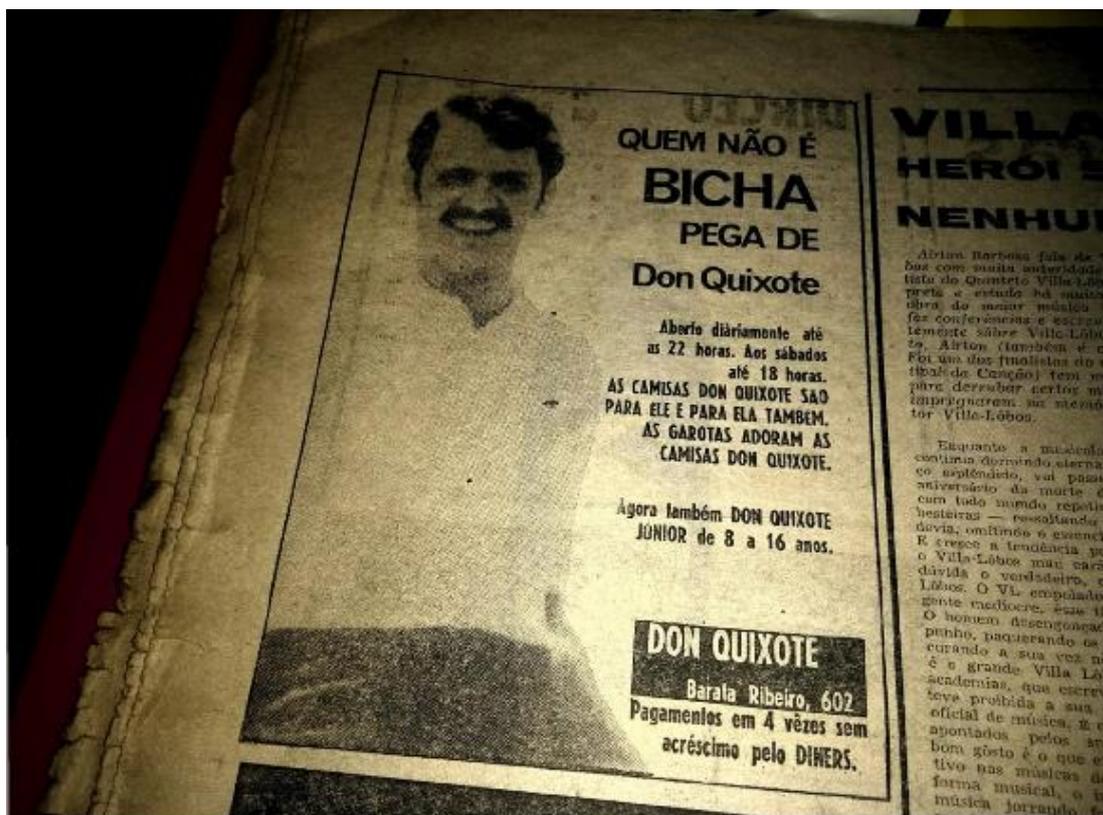
Figura 3. Chamada publicitária provocativa.



Fonte: O Pasquim, Rio, 1 de janeiro de 1970, nº 28

De formas mais sutis, mas não menos poderosas, percebemos que a delimitação do homossexual enquanto objeto pelo olhar do outro que julga o mundo a partir da sua régua de valores eram presentes através dos bem-humorados e aparentemente inocentes anúncios veiculados no Pasquim. Desta forma, em um anúncio voltado à qualificação de estudantes para o concorrido vestibular de medicina, vemos que o uso da frase “ eu disse bichos” em parênteses não é por acaso, e reforça a ideia implícita de que o curso é voltado para machos. Isto fica mais evidente quando o anúncio diz “ mas se assim mesmo o cara quiser desmunhecar, o problema é dele. Só que não fica muito bem de avental branco. ”

Figura 4: Propaganda de vestuário masculino que alude à virilidade masculina.



Fonte: O Pasquim, Rio, 04 a 10 de dezembro de 1969, nº 24

Na imagem acima vemos uma foto publicitária que ocupa meia página do Pasquim, nelas percebemos a figura de um homem sorridente e descolado usando uma camisa e ao lado em letras em caixa alta e grandes a chamada provocativa que apela novamente ao senso de virilidade dos leitores masculinos e reforça a ideia de masculinidade heterossexual ao mexer com os brios masculinos ao afirmar maliciosamente na frase “ Quem não é bicha, pega de Don Quixote”, também é possível depreender que há uma naturalização implícita da relação heterossexual quando é afirmado que “ as garotas adoram as camisas Don Quixote”, busca-se realçar a virilidade masculina não apenas naquilo que toca à essência do que se entende como homem e macho mas sobretudo na aprovação externa e portanto na aprovação de mulheres para endossar o comportamento masculino, viril, macho e rejeitar qualquer estereotipo ligado à homossexualidade.

Em muitas entrevistas concedidas ao Pasquim por artistas, desportistas, bon-vivants, gente da boêmia e da marginalidade e socialites e playboys, há uma obsessão de prospectar dos entrevistados a opinião deles acerca da homossexualidade (ou, como frequentemente aparecia nos discursos da época, homossexualismo) e essa necessidade era muito mais reforçar uma

opinião já dada de forma taxativa embora formulada em tom de pergunta do que necessariamente prospectar alguma formulação teórica do entrevistado sobre o assunto, muito embora, naquele ambiente de pura informalidade na qual as entrevistas eram feitas sem qualquer preocupação com normas de jornalismo ou comportamento cerimonioso dentro daquilo que poderia permitir um jornalista perguntar ou não ao convidado para dar entrevistas, é flagrante o esforço dos membros do Pasquim em nomear o que não é dito, em escancarar a porteira da sexualidade e fazer com que os entrevistados ponham a nu aquilo que eles querem ouvir. Aliás, não é por menos, que em algumas entrevistas é possível perceber uma tensão permanente durante os diálogos, há um embate entre aquilo que deve permanecer oculto por parte do convidado e aquilo que deve vir obrigatoriamente à superfície para que todos conheçam o que se passa verdadeiramente na cabeça do entrevistado. Em outras ocasiões, o ritmo das entrevistas se torna mais leve e com muita naturalidade o entrevistado se põe a falar sobre todos os detalhes da vida íntima. Questões ligadas a relação homem/mulher e homossexualidade eram quase sempre muito comuns nas perguntas feitas em cima dos jornais selecionados para a presente monografia e O Pasquim mostra suas ambiguidades, há numa entrevista falas pontuadas por um discurso ultra-liberal e de vanguarda, mas quando esbarra na relação entre pares do sexo oposto ou sobre a vida dos homossexuais, O Pasquim exhibe uma faceta bem menos democrática e luminosa. Entrevistas como a da diva Darlene Glória concedida ao Pasquim é emblemática nessa questão. Aliás, destaca-se que a homossexualidade é percebida muitas vezes como um desvio comportamental, falta de valores morais dados por parte dos pais, “um problema” que existe desde que mundo é mundo, uma fase da vida passageira ou um momento de fraqueza provocada pela solidão.

Figura 5: entrevista com a atriz Darlene Glória.



Fonte: O Pasquim, edição 262, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1974

Na entrevista acima, a atriz Darlene Glória ao ser perguntada por Ziraldo se ela estava se encaminhando para uma linha mais homossexual em razão das decepções amorosas, ela responde que “ eu estava muito desgostosa no amor. Não estava acreditando em mais nada. E encontrei pessoas maravilhosas. E eu sou mulher, gente: o meu negócio é homem.” Ainda que pudéssemos dar um crédito à atriz em sua forma contida de falar é possível perceber que imediatamente à menção da palavra “homossexual”, a entrevistada se posicionou na defensiva e começou a dar explicações e justificar-se. Por mais liberal que ela fosse estar associada à homossexualidade não era algo que ela pudesse lidar perfeitamente bem e Darlene Glória faz questão de reforçar a sexualidade heterossexual dela ao afirmar que “o negócio dela é homem” e espantar quaisquer dúvidas que pairassem sobre a sua sexualidade.

6 CONCLUSÃO

Assim, O Pasquim embora um jornal que manteve ao longo de sua extensa trajetória, não nos esqueçamos de que O Pasquim permaneceu ativo por longos vinte e um anos, como um semanário que pautou-se por matérias e entrevistas escrachadas cuja linha mestra que servia de norte aos trabalhos de seus jornalistas, articulistas e caricaturistas era “proibido proibir”, essa máxima era levada à risca por seus membros e mais além, não é possível, no entanto, negar o fato de que apesar da sua marca arrojada que o particularizou entre os jornais da sua época e sobretudo em uma conjuntura política fortemente pautada por uma política de Estado terrorista que exercia uma vigilância feroz sobre movimentos e partidos políticos e impunha uma censura cujo alcance abraçava a todos e regulava todo o comportamento em sociedade através de um meticuloso trabalho de interdição, direta ou indireta, no meios de comunicação, impresso ou televisivo e nas produções artísticas de rua, além de pesar a mão de ferro sobretudo naqueles grupos que, a exemplo dos comunistas, recebiam o rótulo de subversivos e perigosos como os homossexuais, O Pasquim foi um jornal alternativo que reproduziu no seu interior muito daquele mesmo pensamento conservador que reiteradamente combatia e as contradições aparecem aqui e levam-nos a voltar aquele questionamento no início da introdução quando nos propusemos a lançar um questionamento sobre o perfil vanguardista de O Pasquim e portanto, verificamos que O Pasquim a despeito de todas as qualidades e certamente uma delas mais visível reside no seu humor escrachado e nas falas sem papas na língua, o semanário carioca não permaneceu imune aos preconceitos de sua época e assim, muitos grupos como as feministas e os homossexuais foram em larga medida as vítimas e se tornaram o alvo preferencial das chacotas de seus membros, não todos, é verdade, e Luiz Carlos Maciel, o guru da Contracultura e um dos membros fundadores seria uma notável exceção em meio aquele grupo profundamente conservador e libertário ao mesmo tempo.

Pelas páginas de O Pasquim é possível perceber que a homossexualidade é uma palavra carregada de tabus, que a sua pronúncia durante as entrevistas provoca as mais diversas reações por parte dos entrevistados, mas nenhum deles em situação plenamente confortável para responder as questões colocadas. A homossexualidade é reiteradas vezes percebida como um tema alienígena, deslocada da discussão, alguns dos entrevistados não deixam de extravasar seu descontentamento diante das perguntas feitas de forma irreverente pelos jornalistas do semanário e, sobretudo no caso de atores e jogadores de futebol do sexo masculino há uma explosão de fúria na forma de palavrões porque não admitiam que a virilidade deles fosse posta em xeque e admitir a homossexualidade como algo completamente natural e normal à condição humana, era admitir, de certa forma, que eles também o eram. À própria maneira como a

questão da homossexualidade era conduzida pelos membros pasquianos já revelava a ausência de encarar com sobriedade a questão homossexual. Também não deixa de ser curioso que naquele microcosmo carioca onde tudo era permitido, a homossexualidade era com frequência interdita e a fórmula encontrada pelos membros pasquianos de interditar o assunto era falar bastante dela, sim, mas falar não da necessidade real de se debater sobre o assunto mas a de lançar por meio de chistes, ironias, frases de duplo sentido provocações aos entrevistados e assim, ainda que em um primeiro olhar pudéssemos ver na atitude dos jornalistas do semanário carioca uma atitude arrojada que colocam-nos acima e muito além do seu tempo, é preciso tomar bastante cuidado para não enxergar O Pasquim como um hino à liberdade total e irrestrita e contra todas as formas de opressão e violência. O Pasquim foi um jornal filho do seu tempo, é verdade e é indiscutível que naquele período de caos social camuflado de ordem quando o medo tomava conta das pessoas e as falas silenciadas, pudéssemos exigir que o alternativo ipanemense discorresse livremente sobre questões que hoje são abordadas com maior naturalidade por outro lado não podemos deixar de notar que mesmo dentro de uma conjuntura política profundamente marcada pela violência do Estado policial que através de sua ideologia e aparato burocrático perseguiu, torturou, matou dezenas de pessoas e lançou sobre a sociedade um silêncio fúnebre e passou a censurar todas as formas de comportamento e o Pasquim se levantou dentre todos os alternativos como uma voz poderosa para denunciar as arbitrariedades de um Estado terrorista e frequentemente desafia-lo através de suas charges, tiras, artigos e entrevistas, não se pode negar que no interior do Pasquim se reproduziram velhos preconceitos que eram reforçados pela política censora da ditadura de rechaçar qualquer possibilidade de trazer à luz a homossexualidade e dar visibilidade aos homossexuais e, a despeito de todas as qualidades do Pasquim como o alternativo entre os alternativos que se manteve como uma nota discordante numa época cujos únicos sons ouvidos eram os gritos dos torturados nas masmorras do regime e do barulho inquietante do silêncio nefasto no interior das redações e das casas, o Pasquim nesse aspecto foi também bastante um produto de sua época e seus jornalistas, consciente ou inconscientemente, acabaram por perpetuar estigmas e ainda que brevemente o semanário carioca trouxesse figuras emblemáticas reconhecidas pelo público, como Clodovil, Dener e Madame Satã, alimentou o preconceito contra homossexuais.

7 FONTE PRIMÁRIA

O Pasquim

Edições:

O PASQUIM, Rio, pp 25-32, 1969, nº 27

O PASQUIM, Rio, 8 a 14 de julho de 1971, nº 105

O PASQUIM, Rio, 1 de janeiro de 1970, nº 28

O PASQUIM, Rio, 04 a 10 de dezembro de 1969, nº 24

O PASQUIM, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1974, nº 262

Local de pesquisa da fonte primária: Núcleo de Pesquisa em História (IFCH-UFRGS)

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. São Paulo: Graal, 2003.
- AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968/1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, c2001
- BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba**. Brasília: Ed. Unb, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BUZALAF, Márcia Neme. **A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração**. 2009. 220 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009. [Acesso em 05/10/2018]. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93346?show=full>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2002.
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. Brasília (DF). 2018. <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-cfp-n-1-1999-estabelece-normas-de-atuacao-para-os-psicologos-em-relacao-a-questao-da-orientacao-sexual?q=homossexualidade>> acesso em 15/06/2018
- CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa: jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995.
- COMBLIN, José. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garís. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas**. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COTTA, Pery. **Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1997.

E a vida continua [filme] (And the band played on, USA, 1993, 144 minutos).

ERIBON, Didier: **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GREEN, James. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática, 1995.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MACIEL, Luiz Carlos. **Negócio Seguinte**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)** [online]. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2017. Tese de Doutorado em Relações Internacionais. [acesso 2018-01-13]. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/>>. Acesso em 18 jan. 2018.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **O movimento homossexual e sua luta simbólica no Brasil: uma visão panorâmica**. In: MOREIRA et al (orgs.) **Arco-Íris Revisitado — Diversidade Sexual em Pauta — Porto Alegre, Escândalo**, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SIQUEIRA, Ranyella; CARDOSO, Hélio, **O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana**, p. 92-113. Disponível em <file:///C:/Users/Referencia/Downloads/Dialnet-
OConceitoDeEstigmaComoProcessoSocial-4781280.pdf>. Acesso 23 jan. 2018.

VALDES, J. T. **El Terrorismo de Estado – La Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur: México, D.F, Nueva Imagen, S.A, 1980**. Disponível em:
<www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0016008.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.